

Universidade Federal de Uberlândia  
Instituto de Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
Curso de Mestrado em Filosofia

Edjeverson Bezerra Dos Santos

RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: Marcuse e a crítica da sociedade industrial  
avançada.

Uberlândia

2019

EDJEVERSON BEZERRA DOS SANTOS

RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: Marcuse e a crítica da sociedade industrial  
avançada.

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Filosofia do Instituto de Filosofia,  
da Universidade Federal de  
Uberlândia (UFU), como requisito  
parcial a obtenção do título de  
mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: História, cultura  
e sociedade.

Orientador: Professor Dr. Rafael  
Cordeiro Silva.

Uberlândia

2019

Edjeverson Bezerra Dos Santos

RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: Marcuse e a crítica da sociedade industrial  
avançada.

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Filosofia do Instituto de Filosofia,  
da Universidade Federal de  
Uberlândia (UFU), como requisito  
parcial a obtenção do título de  
Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: História, cultura  
e sociedade.

Uberlândia, 24 de Maio de 2019

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Rafael Cordeiro Silva (Orientador – UFU)

---

Prof. Dr. Luís Gustavo Guadalupe Silveira (IFTM)

---

Prof. Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes (IFTM)

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 2019	<p>Santos, Edjeverson Bezerra dos, 1978- Racionalidade tecnológica [recurso eletrônico] : Marcuse e a crítica da sociedade industrial avançada / Edjeverson Bezerra dos Santos. - 2019.</p> <p>Orientador: Rafael Cordeiro Silva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2029">http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2029</a> Inclui bibliografia.</p> <p>1. Filosofia. I. Silva, Rafael Cordeiro, 1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título.</p>	CDU: 1
--------------	---	--------

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**ATA DE DEFESA**

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 006 SEI, PPGFIL				
Data:	vinte e quatro de dois mil e dezenove	Hora de início:	19:00	Hora de encerramento:	20:50
Matrícula do Discente:	11712FIL004				
Nome do Discente:	Edjerverson Bezerra dos Santos				
Título do Trabalho:	Racionalidade tecnológica: Marcuse e a crítica da sociedade industrial avançada				
Área de concentração:	FILOSOFIA				
Linha de pesquisa:	História, Cultura e Sociedade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	TÉCNICA, TECNOLOGIA E TECNOFOBIA NA ESCOLA DE FRANKFURT				

Reuniu-se na sala 106 1U , Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Paulo Irineu Barreto Fernandes - IFTM; Luís Gustavo Guadalupe Silveira - IFTM e Rafael Cordeiro Silva - PPGFIL-UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Rafael Cordeiro Silva, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Cordeiro Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/05/2019, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Irineu Barreto Fernandes, Usuário Externo**, em 28/05/2019, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Guadalupe Silveira, Usuário Externo**, em 28/05/2019, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1260729** e o código CRC **B96DFFC1**.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: 3239-4558 - [www.posfil.ifilo.ufu.br](http://www.posfil.ifilo.ufu.br) - [posfil@fafcs.ufu.br](mailto:posfil@fafcs.ufu.br)



## ATA

POR MEIO DESTES DOCUMENTOS, CORRIGIMOS UM ERRO NA ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, DISCENTE: 11712FIL004 – EDJERVERSON BEZERRA DOS SANTOS – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO FILOSOFIA – LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE.

*Onde se lê:* vinte e quatro de dois mil e dezenove

*Leia-se:* vinte e quatro de maio de dois mil e dezenove



Documento assinado eletronicamente por **Sertorio de Amorim e Silva Neto, Coordenador(a)**, em 05/06/2019, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1300556** e o código CRC **4FB4E08C**.

## Agradecimentos

Ao Professor Dr Rafael Cordeiro Silva, Meu Orientador! Fui afortunado por tê-lo à frente deste empreito. Ele se tornou para mim um ícone de seriedade e dedicação. Conduz seu ofício com honra, um maestro na arte de ensinar. Sou muito grato a ele por ter aceitado aquela pequenina noção, conduzindo-a até esta Dissertação. Imagino o tamanho da perseverança para ler tão más formadas frases no decorrer destes anos. Agradeço a ele por permitir a pessoalização que nos renderam bons momentos de descontração. Guardarei esta amizade marcante.

Thiago Tavares Reis, amigo em todas as situações! Agradeço a ele por ser presente em minha vida. Esta trajetória tem sua fisionomia como inspiração. Deixo-lhe algumas máximas:

*Toda oração é linda. Duas mãos postas são sempre tocantes, ainda que rezem pelo vampiro de Düsseldorf.*

(Nelson Rodrigues)

*Tomo como signo o “Canto noturno” – a queixa imortal de ser, pela abundância de luz e poder, por sua natureza solar, condenado a não amar.*

(Friedrich Nietzsche)

O caminho sempre é árduo e frequentemente sentimos os músculos fracassarem e angústia nos batendo à porta. Entretanto, todo peregrino pode contar com um toque de compaixão e acolhimento, pois não seria possível suportar a viagem de outra forma. Digo isto, pelo fato de haver um anjo que atende pelo nome Andréa Antônia de Castro Rodrigues na secretaria do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFU. Não foram poucas as vezes que ela me salvou durante estes anos! Meus agradecimentos sinceros e meu Carinho eterno.

## **Resumo:**

O presente trabalho versa sobre a concepção marcuseana da técnica, bem como seus desdobramentos no decorrer do seu desenvolvimento no capitalismo. A questão primária se encontra no anúncio da liberação do trabalho alienado mediante o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente a constante automação da produção em sociedades de capitalismo avançado. O que se denuncia, entretanto, é a relação estreita entre ciência e capital em detrimento do indivíduo, que, por sua vez, a partir do desenvolvimento da ciência e tecnologia, realiza-se, mediante as condições de consumo e produtividade crescente, numa condição subalterna frente ao aparato tecnológico. A interpretação de Marcuse sobre o tema tecnologia não se dá de forma maniqueísta, ou seja, avaliando-a, categoricamente, em termos de boa ou má. O cerne do problema encontra-se na forma pela qual a ciência é concebida e aplicada em sociedades de capitalismo avançado.

**Palavras-chave:** ciência, tecnologia, trabalho, racionalidade, sociedade.

### **Abstract:**

This work will reflect about Marcuse conception of the technical / technology theme as well as its consequences in the late capitalism. The primary issue is the announcement of the release of alienated labor through the development of productive forces and consequently the constant production automation in advanced capitalist societies. What is denounced is the close relationship between science and capital at the expense of individual, which in turn, from the development of science and technology secure, through the conditions of consumption and increasing productivity in a subordinate position opposite the technological apparatus. The interpretation of Marcuse on the subject technology does not occur in a Manichean way, in other words, categorically good or bad. The kernel of the problem lies in the way science is developed and implemented in societies of late capitalism.

**Keywords:** science, technology, work, rationality, society.

## Sumário

<b>Introdução</b>	7
<b>1 – Desenvolvimento da técnica e os seus impactos sociais</b>	13
A) Potencial imbricado no desenvolvimento das forças produtivas	13
B) Implicações da objetividade e da racionalidade em forças produtivas	18
<b>2 – Sociedade tecnológica e suas forças de contenção social</b>	34
A) Sociedade de capitalismo avançado e os pilares tecnológicos	34
B) Reflexos sociais do <i>modus operandi</i> da produção automatizada	42
C) Organização social regida pela eficiência racional da produção e seus desdobramentos	52
<b>3 – O fechamento das possibilidades de contestação social</b>	57
A) “Neutralização” do <i>qualitativo</i> e o enaltecimento do <i>quantitativo</i>	57
B) Manutenção e intensificação da alienação do indivíduo	64
C) Consumo e psique	69
<b>4 – Considerações finais</b>	78
<b>5 – Referências</b>	85

## Introdução

*“A tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida...” Karl Marx.*

Herbert Marcuse imprimiu sua importância teórica no século XX. Seus trabalhos intelectuais foram aclamados mundialmente como fonte de inspiração para a emancipação e revolução social. Não obstante, Herbert Marcuse fora identificado como o pensador da *práxis*. O pensamento marcuseano influenciou uma geração de intelectuais e ativistas radicais, notadamente nas inquietações ocorridas na década de 1960 nos Estados Unidos e Europa. As ideias de Marcuse foram recebidas, bem como repudiadas, no âmbito acadêmico e popular em escala global. A reflexão crítica de Marx acerca da tarefa inacabada dos filósofos de apenas interpretarem o mundo sem se comprometerem com sua mudança é oportuna neste momento, pois Marcuse, à sua maneira, ouviu a exortação de Marx e orientou sua teoria para a transformação social.

A trilha seguida por Marcuse no Instituto de Pesquisa Social inicia-se com seu ingresso, em 1933. Dificilmente poderíamos abordar temas relacionados a ele sem, pelo menos, citar a importância deste Instituto na vida acadêmica do autor. Fundado em 1923, junto à Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisa Social foi considerado o primeiro de orientação marxista na Europa. A tarefa do *Institut* era desenvolver uma teoria social crítica, analisando a realidade social munido de um arsenal teórico multidisciplinar, uma proposta teórica de envergadura preocupada com a verdade e em desenvolver bases teóricas substanciais sobre a sociedade. Os projetos também orbitavam em críticas ao *status quo* social, abordando temas, tais como ideologia, filosofia, capitalismo estatal e monopolista etc.

A partir de 1934, ao se estabelecer nos Estados Unidos da América, fugindo da opressão nazista, Horkheimer iniciou a migração dos teóricos alemães para a América do Norte, formalizando as atividades do Instituto Internacional de Pesquisa Social no Novo Mundo. O cenário social, que se desenrolara na década de 1940, fora turbulento com o avanço do exército de Hitler na Europa, a entrada dos EUA na guerra, e a

escassez de recursos do *Institut*. E foi neste cenário que as ideias de Marcuse tomaram fôlego. *Razão e Revolução* é fruto desta época, assim como os esboços sobre o papel da tecnologia nas sociedades industriais modernas, germe da análise contida em *O homem unidimensional*.

A atuação de Marcuse, no decorrer dos anos de 1940, possibilitou-lhe desenvolver uma teoria mais engajada com a realidade social vigente – teoria e práxis era seu preceito. Os demais membros do *Institut*, permaneceram fincados numa linha filosófica mais teórica – Adorno em maior grau. Ao contrário, a teoria de Marcuse fora marcada pela ligação com a prática, visando a mudança social sendo, portanto, mais ativista. O posicionamento político e as perspectivas revolucionárias sempre estiveram presentes em seus escritos. Como bem disse Kellner:

O trabalho de Marcuse clama pela necessidade de basear a atividade teórica em estudos históricos concretos e de utilizar-se do conhecimento e das ciências mais avançadas do momento. Marcuse conseguiu continuar o tipo de trabalho interdisciplinar que tinha iniciado no Instituto de Pesquisa Social...<sup>1</sup>

É comum entre os frankfurtianos a ideia de que a ciência e a técnica estão orientadas para a dominação da natureza, tal como exposto em “O conceito de esclarecimento” da *Dialética do Esclarecimento*, escrita por Adorno e Horkheimer. A alienação ocorrida pelo distanciamento do homem em relação à natureza está ancorada na crescente mecanização, assim como na racionalização das relações sociais e da própria ciência como instrumento de dominação. Por conta disso, além da dominação da natureza pelo homem, ocorre a dominação, já denunciada por Marx, do homem pelo homem. Esta relação se consolida a partir da modernidade com o método cartesiano de ciência, ou seja, da dominação racional do meio natural, conforme explica Horkheimer<sup>2</sup>. Ao revisitar os arquivos do *Institut*, Martin Jay nos afirma que:

O princípio de troca, subjacente à ideia iluminista da natureza como átomos intercambiáveis, encontrava um paralelo na atomização crescente do homem moderno, processo que culminava na igualdade repressora do totalitarismo. A manipulação instrumental da natureza

---

<sup>1</sup> KELLNER, Douglas. Introdução: Marcuse nos anos 40. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*, p. 69.

<sup>2</sup> Em 1937, Horkheimer publicou o ensaio “Teoria Tradicional e teoria crítica”, em que sustentou que Descartes é o pai da teoria tradicional, pois o filósofo francês indicara, em seu *Discurso do Método*, que o caminho seguro para o conhecimento certo consiste em partir das coisas mais simples para se chegar às mais complexas. Na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer atribuem a Francis Bacon o protagonismo da dominação da natureza.

pelo homem levava, inevitavelmente, a uma relação de mesmo tipo entre os homens. Na visão iluminista de mundo, a distância intransponível entre sujeito e objeto correspondia à situação relativa de dominadores e dominados nos Estados autoritários modernos. A objetificação do mundo havia produzido um efeito similar nas relações humanas. Como assinalara Marx, ainda que restringindo isso a um efeito do capitalismo, o passado morto dominava o presente vivo.<sup>3</sup>

Limitaremos nosso escopo a Marcuse pela sua proximidade ao tema da tecnologia, sendo *o objeto* da discussão a crítica que o autor faz à razão instrumental. Em suas obras, procuraremos demarcar, criticamente, as *condições atuais* do desenvolvimento tecnológico.

As sociedades industriais estabelecem suas estruturas na racionalidade técnica e administrativa (tecnocracia), racionalidade pela qual tais sociedades promovem um alto grau de satisfação das necessidades de seus indivíduos. Temos aqui um Marcuse leitor de Weber<sup>4</sup>. Ao promover os benefícios mercadológicos referentes ao desenvolvimento tecnológico, a sociedade industrial estabelece amarras aos indivíduos, uma vez que estes se tornam reféns de um novo padrão de consumo, pelo qual suas aspirações são “moldadas” a partir dos níveis tecnológicos vigentes.

Um dos esforços da teoria crítica é o de mapear a condição pela qual a ciência e a tecnologia se desdobram e se consolidam em sociedades capitalistas avançadas. É o caso dos Estados Unidos, cujo desenvolvimento tecnológico petrifica condições sociais rigidamente estabelecidas sob um aspecto racional instrumental. A tecnologia voltada para fins de dominação contribui para a perpetuação da alienação dos sujeitos e consolidação de uma sociedade *unidimensional*, como aponta Marcuse.

O propósito do Instituto de Pesquisa Social foi o estabelecimento de uma teoria de caráter crítico voltada para a *práxis*, cujo teor estava comprometido com a análise e fundamentação de elementos que dessem conta das particularidades do capitalismo avançado e seus desdobramentos. Há uma tendência para a racionalização, cujas bases estão assentadas no poder do aparato tecnológico bem como na ideologia da racionalidade técnica e burocrática. Por estar alinhado com a crítica de um padrão social

---

<sup>3</sup> JAY, Martin. *A Imaginação Dialética*, p. 326.

<sup>4</sup> Marcuse resgata o princípio legitimador da moderna burocracia, a racionalidade, tratada por Max Weber em *Economia e Sociedade*. Para uma leitura acurada do pensamento weberiano, consultar: COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

totalizante, presente na ordem social burguesa, ancorado no ideal iluminista e na ciência e tecnologia, o pensamento marcuseano nos é de grande valia.

Entendemos que o desenvolvimento técnico-científico ordenado pela racionalidade objetiva acaba por proporcionar um desfecho totalitário à sociedade, visto que sua estrutura funcional se alinha ao padrão racional que rege a economia e a maquinaria. Estabelecer a crítica ao modelo racional objetivo e totalitário que caracteriza as sociedades industriais avançadas foi um esforço de Marcuse. Ele também denunciou os elos envolvendo o desenvolvimento tecnológico, o indivíduo e suas estruturas psíquicas, criando assim substratos complementares para o estabelecimento de sua crítica.

Marcuse evidencia, em *O homem unidimensional*, a realidade de sociedades de capitalismo avançado, em que a população goza de acesso ao consumo, o que outrora não ocorria. Esta condição está intimamente ligada ao que o próprio autor convencionou chamar de progresso quantitativo, em que a riqueza social crescente, o aumento das necessidades humanas assim como os meios para satisfazê-las estão presentes e seguem uma lógica produtiva incessante. Nestas condições de progresso, a técnica é aplicada visando à dominação do meio natural e humano. A esta realidade desdobra-se a condição social administrada, cujas necessidades e o consumo são estabelecidos pelo aparato tecnológico que orienta o *status quo* social. Nestes termos a vida se torna “cíclica”, uma espécie de ciranda em que o trabalho alienado se funde com a vida; perde-se então a noção de *indivíduo* autônomo à medida que as pessoas se tornam reféns do progresso quantitativo.

Por outro lado, desenvolvimento das forças produtivas é visto por Marcuse como condição indispensável para a libertação dos indivíduos do trabalho alienado, por causa da automação presente em sociedades de capitalismo avançado. O tempo de trabalho necessário sofre uma redução significativa, com o que, então, os indivíduos poderiam usufruir o tempo restante para si. Ao referir-se ao desenvolvimento tecnológico sob esse aspecto, pode-se afirmar que a visão de Marcuse possui traços de libertação.

Se a automação se tornasse o processo de produção material, revolucionaria a sociedade como um todo. A retificação da força humana de trabalho, levada à perfeição, estilhaçaria a forma reificada, cortando a corrente que liga o indivíduo à maquinaria – o mecanismo através do qual seu próprio trabalho escraviza. A completa automação no reino da necessidade abriria a dimensão do tempo livre na qual a

existência privada e social do homem se constituiria. Essa seria a transcendência histórica para uma nova civilização.<sup>5</sup>

Portanto, existe a possibilidade de se romper com a lógica das sociedades unidimensionais, pois à medida que se desenvolve a tecnologia, os homens vivenciam a possibilidade de gozarem de tempo livre. Isto pelo fato de que, com a crescente mecanização, o próprio aparato assume a dianteira da produção, liberando os trabalhadores para outras áreas do processo produtivo. Outro aspecto de relevância na teoria social crítica de Herbert Marcuse é o deslocamento da visão marxiana acerca do sujeito histórico responsável pela revolução social mediante sua posição ontológica no contexto social, somada à tomada de consciência crítica. Para Marx, este sujeito seria o proletariado. Entretanto, na teoria crítica de Marcuse, o proletariado está contido e diluído na condição de reprodutor da racionalidade social, visto que este se encontra integrado aos ditames da sociedade unidimensional, preso a um ciclo produtivo e consumidor crescentes. Por isso, ele busca em outros grupos sociais esse sujeito<sup>6</sup>.

Com vistas ao entendimento das ideias de Marcuse, no que se refere à questão da tecnologia e da racionalidade tecnológica e seus impactos em sociedades de capitalismo avançado, organizamos a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo abordamos o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. O propósito é verificar a base marxiana nos escritos de Marcuse no tocante ao desenvolvimento material da sociedade. Está nas obras de Karl Marx toda a interpretação que partilhamos, segundo a qual o desenvolvimento técnico da base produtiva é reflexo do fluxo contínuo do desenvolvimento humano mediante o *trabalho*.

Para verificar nossas aspirações, recorreremos principalmente aos *Grundrisse* de Marx, cujo teor filosófico está para além daquilo que comumente a ele se associa, noutros termos, “esboço” de sua obra de maior magnitude, *O Capital*. Nas páginas dos *Grundrisse*, Marcuse encontra embasamento para fundamentar sua tese que advoga um desenvolvimento técnico de tal magnitude que levaria praticamente à extinção da necessidade do trabalho na base produtiva, liberando assim os homens para gozarem de atividades pertinentes ao princípio humanitário e qualitativamente superior.

---

<sup>5</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 69.

<sup>6</sup> A discussão desse sujeito não será objeto dessa pesquisa.

Destacaremos, posteriormente, que a possibilidade desta mudança substancial não estaria apenas associada ao desenvolvimento da automação. Antes, para que isto ocorra, seria necessária uma mudança significativa na consciência dos indivíduos, somada a uma realidade social totalmente distinta.

No segundo capítulo, abordamos o tema tecnologia propriamente dito sob a óptica marcuseana. Aqui, servimo-nos, prioritariamente, da obra *O homem unidimensional*. Nela, Marcuse retoma as ideias discutidas anteriormente por ele em artigos e palestras. Verificaremos como a aplicação mecanicista da ciência e tecnologia impacta na organização social, causando o aniquilamento da individualidade do sujeito e a abolição da autonomia de pensamento. Apontaremos a presença, conforme indicada por Marcuse, de forças de contenção atuantes em sociedades de tecnologia avançada, que visam neutralizar o desenvolvimento do pensamento crítico ao *status quo* social.

Finalizando, o terceiro capítulo versará sobre a exacerbação do princípio quantitativo em detrimento do qualitativo, recorrente em sociedades cujo padrão de administração baseia-se na racionalidade tecnológica. Trataremos da repressão das pulsões dos indivíduos pela racionalidade tecnológica no sentido específico de que a energia pulsional converge para fins mercadológicos. O que se verifica é a transformação da energia de vital, que é canalizada com fins específicos voltados para a manutenção do progresso técnico.

## 1 – Desenvolvimento da técnica e os seus impactos sociais.

### A) Potencial, imbricado no desenvolvimento das forças produtivas.

Na obra marxiana se revelam fatores de suma importância acerca da relação existente entre homem e natureza. É mediante tal relação que se estabelece o alicerce social, bem como a base daquilo que se tornaria o motor da dinâmica da sociedade na concepção materialista histórico-dialética, a saber: as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção*. Se foi definida a estrutura, resta então definirmos aquilo que a nutre. A luta entre os contrários, personificada na *luta de classes* e presente na dialética marxiana é o que anima o fluxo social. Mediante a concepção dialética e a oposição dos interesses classistas, a sociedade se movimenta fomentando o desenvolvimento das forças produtivas, que é condição para a transição de um modo de produção a outro. O que diferencia épocas econômicas não seria o que se produz, mas como se produz e com quais meios são produzidas as mercadorias.

A visão materialista da história toma a base material como referência e a dialética indica que esta base está continuamente em fluxo, condição ontológica, pois o fluxo pressupõe mudanças, transformações objetivas e subjetivas na base material, despertadas pelas contradições próprias da matéria. A contradição que movimenta a sociedade é iniciada pelo desenvolvimento das *forças produtivas*. Se, por um lado, a base para a sustentação e interpretação social repousa na matéria e, de outro, está em contínuo fluxo e este ocorre mediante o desenvolvimento das forças produtivas, isto nos conduz a identificar o trabalho como condição fundamental que engendra toda esta complexa dinâmica social. Para Marx, a ação prática dos homens em sociedade é o trabalho e este se torna compulsório pelo fato de ser indispensável para a reprodução material da vida. É por intermédio do trabalho que o sujeito modifica os elementos dispostos no meio natural, a fim de subtrair os materiais necessários à sua sobrevivência. O fator que move o todo social é o *trabalho*, e é por meio dele que os homens desenvolvem dinamicamente sua consciência, à medida que acumulam experiências e executam a idealização e materialização de seus suprimentos. Com a complexificação dos modos de organização da sociedade, ocorre a divisão social do

trabalho <sup>7</sup>, que é a gênese do fenômeno manufatura, cujo desdobramento dará surgimento à maquinaria.

A continuação do labor promove o desenvolvimento da destreza do trabalhador. Esta, por sua vez, retorna ao trabalho, aprimorando-o e, uma vez melhor conhecendo os materiais empregados, o homem segue transformando os métodos de trabalho, aperfeiçoando-os gradativa e constantemente. O ciclo incessante de produzir os meios de subsistência sentencia o homem a interagir com o meio natural, usufruindo e modificando a natureza bruta. Eis aí o embrião do desenvolvimento das forças produtivas. O conjunto dos instrumentos e materiais naturais envolvidos no processo de trabalho, bem como a destreza do trabalhador alinhada ao conhecimento daqueles, foram intitulados por Marx como *forças produtivas*. Assim sendo, forças produtivas advêm do conhecimento criado pelo trabalho e o desenvolvimento destas é refém do conhecimento acumulado e empregado pelo homem mediante a contínua interação deste com a natureza expressa em *trabalho*.

O intercâmbio existente entre o homem e a natureza, com vistas à sua sobrevivência, proporciona o desenvolvimento contínuo das bases materiais empregadas no labor. Associada a estas bases materiais temos a destreza do trabalhador. Este conhecimento desenvolvido mediante o trabalho, por sua vez retorna ao modo produtivo iniciando sua transformação. A ação humana na natureza permite o desencadear de processos revolucionários na sociedade, resultando no movimento da matéria. Na teoria de Marx, o *trabalho* é o criador das condições necessárias à transformação social.

Para Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as

---

<sup>7</sup> Marx aprofunda a noção de divisão do trabalho oriunda da economia política clássica, caracterizando tal divisão em três estágios distintos: a divisão do trabalho geral, que está ligada à separação entre campo e cidade; a divisão social do trabalho, que por sua vez diferencia os ramos de produção de uma determinada sociedade; e a divisão manufatureira surgida nas oficinas.

potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.<sup>8</sup>

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz.

Mas como a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo.<sup>9</sup>

Mediante o trabalho, dá-se o impulso para o desenvolvimento das *forças produtivas*, de onde provêm as mudanças significativas que condicionam o fluxo contínuo da história. O intercâmbio do homem com a natureza condiciona o sujeito, que mais tarde imprime este novo estágio na própria execução deste intercâmbio. Tal dinâmica extrapola os limites da relação homem/natureza, irradiando-se para as demais camadas sociais, visto que as diferenças se fazem sentir não apenas na forma de execução do trabalho, mas nos materiais nele aplicados, no resultado obtido, como também na *relação de produção*.

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas é o elemento chave do avanço da sociedade e sua base material se encontra na categoria *trabalho*. Este se caracteriza pela plasticidade/mobilidade. O desenvolvimento das forças produtivas é cumulativo, visto que os modos de produção, em determinado estágio de desenvolvimento, são substituídos por outros mais elevados, resultantes da soma do desenvolvimento das forças produtivas norteadas pelo *trabalho*.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, dependente das condições materiais de sua produção.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> MARX, Karl. *O Capital*, p. 255.

<sup>9</sup> MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, p. 81.

<sup>10</sup> MARX, Karl. *A ideologia alemã*, p. 87.

Nas *relações sociais de produção*, os indivíduos, ao trabalharem, relacionam-se mutuamente ordenados pela necessidade da reprodução e manutenção da vida, interligando diferentes ofícios com vistas à manutenção da sociedade, o que caracteriza o homem como “ser social”. Existe uma interdependência entre as relações de produção e as forças produtivas, isto pelo motivo de que todas as manifestações das relações de produção estão ancoradas na materialidade existente nas forças produtivas. A potência existente na categoria trabalho, se manifesta mediante a interação do homem com o meio natural, proporcionando assim a base para o desenvolvimento da consciência do sujeito. Ao pensarmos nos resultados apresentados pelo desenvolvimento material mediante o *trabalho e sua divisão*, verifica-se em toda a estrutura social, na leitura de Marx, a dependência que a superestrutura tem da infraestrutura. Nesta relação, como bem pressupõe a teoria materialista, a base concreta da sociedade define todo o fenômeno subjetivo desta. Não seria diferente na relação objetiva estabelecida no trabalho humano, condenado a um fluxo contínuo, evidenciando e materializando os pilares das relações sociais, bem como revolucionando as mesmas. Nas palavras de Marx:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada

geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como “substância” e “essência do homem”, aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como “autoconsciência” e como o “Único”. Essas condições de vida já encontradas pelas diferentes gerações decidem, também, se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter as bases de todo o existente, e se os elementos materiais de uma subversão total, que são sobretudo, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria “produção da vida” que ainda vigora – a “atividade total” na qual a sociedade se baseia...<sup>11</sup>

As contradições provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas forçam a ruptura com os velhos pilares que sustentam as relações sociais de produção. Em sua expressão subjetiva, as formas jurídicas conduzem a sociedade a um novo estágio, passando de um modo de produção a outro. O que constrange a marcha das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais de produção reside na forma jurídica que expressa as antigas normas de propriedade. É o novo carregando o fardo do velho, que, para se livrar do passado, precisa caminhar em direção ao domínio do Estado.

Discorrer acerca das particularidades existentes no tema *forças produtivas e relações sociais de produção* distancia o propósito encampado por este trabalho. O que se busca, fazendo um sucinto resgate desta matéria, é estabelecer os elos necessários ao entendimento de uma das bases em que Herbert Marcuse se apoia ao tecer sua teoria sobre a técnica e a tecnologia. Isto se faz necessário, visto que Marcuse, de acordo com nossa abordagem, entende como positivo o desenvolvimento das *forças produtivas*. Tal condição se faz sentir nos escritos do autor: “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna” e “A noção de progresso à luz da psicanálise”. Entretanto, verificamos um posicionamento distinto em sua obra de maior fôlego: *O Homem Unidimensional*. Tal distinção se dá pelo fato de os temas técnica e tecnologia serem tratados separadamente

---

<sup>11</sup> MARX, Karl. *A ideologia alemã*, p. 42-43.

sob um aspecto *instrumentalista ao lidarem com a natureza*, bem como de serem utilizados para solapar o pensamento crítico dos indivíduos.

Assim como Marx, Marcuse enxerga no desenvolvimento das forças produtivas um princípio para o estabelecimento de mudanças objetivas na sociedade, mediante alterações significativas em todas as estruturas sociais e individuais. Tal desenvolvimento condiciona possibilidades de libertação dos indivíduos segundo a teoria crítica marcuseana.

#### B) Inferências da objetividade e da racionalidade em forças produtivas.

Dos autores da chamada Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse foi o que mais se debruçou sobre a tecnologia e seus desdobramentos sociais. Sob esse aspecto, sua abordagem foi diferente da de Adorno e Horkheimer, que encararam o tema da ciência a partir de uma concepção negativa, direcionando o entendimento do conceito exclusivamente para a dominação e alienação dos sujeitos. Marcuse observou que o desenvolvimento científico e tecnológico poderia ser utilizado para a libertação dos indivíduos e, conseqüentemente, para a possibilidade de se desenvolver um novo modelo/padrão de individualidade. Este entendimento pode ser justificado pela matriz teórica seguida pelo nosso autor. Ao tratar do tema técnica/tecnologia, Marcuse se fia nos escritos de K.Marx e de Heidegger, pois, na sua interpretação inicial, estes autores se complementavam, um no campo materialista e outro na fenomenologia. Como bem esclareceu Wiggershaus, em seu livro *A Escola de Frankfurt*, Marcuse se distancia de Heidegger ao ter conhecimento de outros filósofos cujas obras estavam mais próximas do *concreto* e da *praxis*.

Marcuse só foi infiel a Heidegger ao descobrir outros filósofos, cuja “imensa concretude” superava a de Heidegger: Dilthey e Hegel. Mas foram todos relegados à sombra por Marx quando Marcuse descobriu seus *Ökonomischphilosophische Manuskripte* (Manuscritos

económico-filosóficos), que foram editados pela primeira vez em 1932, no quadro da edição das obras completas de Marx e Engels.<sup>12</sup>

Marcuse se distancia dos demais autores do *Institut* dada sua leitura cruzada do materialismo histórico dialético, perpassada pela fenomenologia e pela psicanálise. Tal perspectiva corrobora o princípio multidisciplinar do Instituto de Pesquisa Social. O desenvolvimento científico não deve ser caracterizado simplesmente como algo pernicioso ou mitigador para o estabelecimento de uma sociedade equânime. Antes, é preciso ser reinterpretada e reavaliada a forma pela qual este é aplicado à sociedade, sob qual ordenamento a técnica é empregada. A tecnologia serve tanto para a opressão quanto para a libertação, o que realmente importa são as circunstâncias sob as quais a sociedade é regida. A tecnologia servirá à ordem social que estiver instaurada, atenderá à linha mestra que reflete o interesse daqueles que detêm o comando político e econômico. Existe um conjunto social, uma “racionalidade tecnológica” que permite a atomização e contenção da potencialidade individual e a marcha para uma sociedade mais justa. É a manifestação da dominação a partir de controles sociais.

Partiremos da existência de dois princípios de racionalidade, uma individual e outra tecnológica, seguindo a leitura de Herbert Marcuse em seu escrito “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, de 1941. A racionalidade individual é aquela que marcou a “definição” de indivíduo a partir das revoluções burguesas. Tal racionalidade fora responsável por desenvolver um padrão de individualismo comprometido com o pensamento crítico e com a coletividade dos homens em sociedade. Assim, os indivíduos buscavam padrões de vida e sociais, ajustados às suas crenças e princípios, ordenados autonomamente pelos seus raciocínios e entendimentos. Nesses termos, tal condição predispõe uma “maturidade” racional que situa o indivíduo num patamar crítico apurado, em que sua capacidade de determinar escolhas reflete o critério da coletividade. O dever da sociedade era zelar pela garantia de autonomia dos indivíduos e promover os meios necessários para o alcance desta autonomia. No polo oposto, temos a racionalidade tecnológica que submete o indivíduo a uma condição subalterna frente ao aparato técnico da sociedade industrial avançada. Em sociedades de

---

<sup>12</sup> WIGGERSHAUS, Rolf. *L'École de Francfort*, p. 97. Marcuse ne fut infidèle à Heidegger que dans la mesure où il découvrit d'autres philosophes dont <<i>i'immense concrétude<<> dépassait celle de Heidegger: Dilthey et Hegel. Mais tous furent relégués dans l'ombre par Marx lorsque Marcuse découvrit ses *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (Manuscrits économique-philosophiques) qui furent édités pour la première fois en 1932 dans le l'edition des oeuvres completes de Marx et Engels.

capitalismo avançado, em que o nível de automação na produção alcançou padrões não vistos anteriormente, verifica-se uma lógica opressora responsável pela liquidação da autonomia dos sujeitos.

No decorrer do processo tecnológico, uma nova racionalidade e novos padrões de individualidade se disseminaram na sociedade, diferentes e até mesmo opostos àqueles que iniciaram a marcha da tecnologia.<sup>13</sup>

...no entanto, o processo de produção de mercadorias solapou a base econômica sobre a qual a racionalidade individualista se construiu.<sup>14</sup>

Para Marcuse, o desenvolvimento industrial e da racionalidade tecnológica na modernidade exigiu adequação da sociedade em termos econômicos e sociais. A dominação social ganhou novos contornos e estabeleceu a base para a administração total. O desenvolvimento da racionalidade tecnológica resultou no tolhimento do indivíduo autônomo e crítico. “Sob o impacto deste aparato, a racionalidade individualista se viu transformada em racionalidade tecnológica.”<sup>15</sup> São palavras de Marcuse para denunciar o ataque que a racionalidade tecnológica promove ao padrão crítico e autônomo dos indivíduos em sociedades de capitalismo avançado. Ao se renderem ao aparato, os indivíduos são “diluídos” num novo padrão social exigido pela ordem social tecnológica, que Marcuse definirá, mais adiante, como sociedade unidimensional. O que se registra não é apenas a aniquilação do sujeito autônomo, da racionalidade individual, mas também sua transformação num instrumento regido pelos padrões tecnológicos em que a diretriz é a mecanização e a automação dos processos. Segundo o autor, a individualidade está repousando sob os reflexos da administração tecnológica. “A individualidade, no entanto, não desapareceu. O sujeito econômico livre, em vez disso, tornou-se objeto de organização e cooperação em larga escala, e o avanço individual se transformou em eficiência padronizada”.<sup>16</sup>

O indivíduo é submetido constantemente à racionalidade tecnológica que sustenta toda a legitimidade da ordem social orientada à produção de mercadorias. O poder da racionalidade tecnológica dita as regras sob as quais o capitalismo avançado se sustenta. A força que adequa a sociedade para uma administração total consolida seus

---

<sup>13</sup> MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: \_\_\_\_\_ . *Tecnologia, guerra e fascismo*. p. 74.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 78.

elos não apenas nas esferas comerciais, mas também nos mais profundos redutos sociais, maculando tanto as instituições como também a esfera do descanso e lazer. O aparato molda a ordem social e alcança até a individualidade dos sujeitos. Uma vez que a finalidade social está consoante a produção orientada para o mercado, vemos a legitimação cada vez mais ancorada no princípio quantitativo, no padrão da racionalidade tecnológica. Partindo das fábricas, a orientação à produtividade e à acumulação se propaga por toda a sociedade, das relações comerciais à esfera da vida.

A relação da tecnologia com o capital, com sua constante necessidade de se reestruturar, acaba por proporcionar uma verdadeira avalanche de novas mercadorias que deverão ser escoadas para o mercado consumidor como se fossem produtos essenciais para o consumo. A sociedade tomou pra si o discurso do progresso técnico e da produtividade industrial como verdades universais. A indústria e sua racionalidade passaram a ser o padrão de organização para a sociedade. Assim sendo, a indústria procurou e procura, por intermédio da propaganda, condicionar a dinâmica social acomodando o terreno para a demanda de seus produtos. A busca incessante por uma maior produção, propiciada pelo avanço tecnológico, resulta numa necessidade do capital tornar o tempo de “vida” de uma dada mercadoria diminuta. Desta forma, esta precisa ser tornada obsoleta, para que o consumo seja mais dinâmico e assim suceder uma maior demanda de mercadoria pela sociedade. Isto indica, na análise de Mészáros, a necessidade de o capital adotar a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Segundo ele:

No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a própria natureza da atividade produtiva, determinando, ao mesmo tempo, a *proporção* segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão.

A taxa de utilização decrescente está, em certo sentido, diretamente implícita nos avanços realizados pela própria produtividade... É, portanto, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto da história do “capitalismo avançado”, este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente *revertido* da mais intrigante forma: em que a “*sociedade dos descartáveis*” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “*consumir*” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar

prematuramente) – imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*.<sup>17</sup>

Portanto, com a constante taxa de avanço na produção capitalista, torna-se vital para o sistema uma taxa também constante de redução do tempo útil dos produtos, culminando assim numa maior rotatividade dos mesmos nos mercados consumidores. Esta lógica proporciona um grande impacto nas relações sociais, no tocante ao padrão de consumo, assim como ao meio ambiente. Isto nos indica que o sistema capitalista de produção opera em uma condição de antagonismo intrínseco aos seus fundamentos e, portanto, não passíveis de correção.

A ciência e a tecnologia, enquanto ferramentas do capital, servem de apoio para a consolidação deste sistema e sua lógica destrutiva. Dissemos isto por conta de que é pela ciência e pela tecnologia, sob o viés da racionalidade “tecnocrática”, que o capital revoluciona os meios de produção com a implantação da maquinaria presente na indústria moderna. Também é por meio da ciência e da tecnologia que o capital alcança níveis astronômicos de acumulação e de produção, termos caros na construção do discurso burguês de progresso social. A ciência está cada vez mais alinhada aos ditames do capital, legitimada pela falsa noção de uma pretensa neutralidade que provém do pensamento iluminista, que a sociedade compra a altos custos sociais. Fazendo uso das palavras de Mészáros, temos:

A própria ciência é mobilizada a serviço das exigências que emanam do mesmo antagonismo fundamental. Dessa maneira, sob as circunstâncias prevalecentes, a ciência é unilateralmente subordinada, na sua função primária, à necessidade vital do capital de converter em vantagens suas próprias concessões e os ganhos periódicos do trabalho. Assim, a atividade científica é praticamente orientada (e constantemente reorientada, quaisquer que sejam as ilusões da “ciência pura de desenvolvimento autônomo”) em consonância com sua posição na estrutura da divisão capitalista do trabalho. Com isso, visa à dupla tarefa de, por um lado, inventar mais e mais maquinaria produtiva “eficaz em relação ao custo” (o que quer dizer, primordialmente, economizadora de trabalho), e, por outro, divisar os métodos e processos adequados para a lucrativa produção em massa de mercadorias.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 639-640.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 667-668.

Nestes termos, afirmamos que a ciência está alinhada com os interesses capitalistas que visam o controle dos processos de produção e a valorização do capital. Isso justifica o alto índice de produtividade, para proporcionar maior acesso aos bens de consumo para a sociedade. Este padrão científico deve ser questionado em suas origens, com o objetivo de estabelecer seus limites e fraquezas assim como suas consequências de operações tanto para a sociedade como para o meio ambiente. Não se questiona a ciência enquanto obra da humanidade, mas sim um padrão científico inclinado a interesses classistas não orientados ao bem social.

Assim estabelecido, vislumbra-se uma inversão de valores em sociedades cuja razão tecnológica está na ordem do dia. A autonomia, que outrora era base para o desenvolvimento individual e social, tornou-se obstáculo ao padrão de coordenação incondicional exigidas pela administração tecnológica e total, presentes em sociedades de capitalismo avançado. O princípio questionador do indivíduo não mais promove o desenvolvimento social, antes, no padrão de administração total, tal princípio impede a fluidez da lógica mecanizada e retarda a progressão da racionalidade tecnológica. O sistema necessita romper com a autonomia dos sujeitos. É mais importante a massificação da sociedade, pela inculcação de novos valores sociais baseados no consumo, na produtividade e, conseqüentemente, na eficiência dos meios produtivos. O discurso da eficiência consolida-se pelo acesso ao consumo, que permite o crescimento econômico social.

As sociedades industriais assentam suas estruturas na racionalidade técnica e administrativa (tecnocracia), racionalidade pela qual tais sociedades propiciam um alto grau de atendimento das necessidades de seus indivíduos. Tais necessidades, conforme Marcuse, são vistas como *falsas*, ou seja, aquelas que não estão diretamente relacionadas com as necessidades vitais ou mesmo substanciais para a sobrevivência dos indivíduos. Assim as sociedades industriais instituem suas amarras aos indivíduos, uma vez que estes se tornam reféns de um novo padrão de consumo, pelo qual as aspirações individuais são “moldadas” pelos e a partir dos níveis tecnológicos vigentes. O trecho abaixo retrata bem o que Marcuse denuncia:

A ideia da eficiência submissa ilustra perfeitamente a estrutura da racionalidade tecnológica. A racionalidade está se transformando de força crítica em uma força de ajuste e submissão. A autonomia da razão perde seu sentido na mesma medida em que os pensamentos, sentimentos e ações do homem são moldados pelas exigências

técnicas do aparato que ele mesmo criou. A razão encontrou seu túmulo no sistema de controle, produção e consumo padronizados. Ali ela reina através das leis e mecanismos que asseguram a eficiência, a eficácia e a concorrência deste sistema.<sup>19</sup>

O que impera é a atomização do sujeito, visto que este perdeu sua autonomia e capacidade crítica. As sociedades administradas pelo padrão racional tecnológico dissolvem os sujeitos num universo uníssono em que cada qual se orienta pela busca de seus interesses pessoais, sustentados e orientados pela lógica do aparato tecnológico, formando assim o que se denominou de “massas”. O impacto disto na sociedade é que a limitação da capacidade individual de autonomia forma uma densa camada conservadora que estabelece as diretrizes sociais totalizantes. À medida que a racionalização se desenvolve, o aparato necessita de maior consonância ao regime que ele impõe à sociedade, visto que a legitimação deste e sua sustentação estão ancoradas na produção e na circulação das mercadorias. Nestes moldes, a ordem estabelecida necessita de padronização social, bem como padronizar a ação do trabalho mediante a automação. As massas são descrição de autopreservação individual e promovem a conservação da racionalização. É a expressão declarada da alienação.

A racionalidade tecnológica revoluciona a produtividade industrial, levando ao desenvolvimento do caráter quantitativo. A produtividade pode assim fomentar “nichos” de mercado de maior abrangência, disseminando, por conseguinte, o caráter fetichista e alienante da mercadoria por meio da satisfação imediatista e pontual das “necessidades” dos indivíduos. Associando a condição de consumo, que antes da automação não se conheceu, à atomização dos sujeitos, cria-se o cenário para a esterilização das críticas ao estado social de administração total. O acesso aos bens de consumo, facilitado pelo alto grau de produtividade, e associado à estratégia da racionalidade tecnológica, contribui para a diluição do elemento “revolucionário” da racionalidade individual, convertendo-o num mero reflexo do autômato fabril, amorfo, disperso nas massas. Esta condição, assim posta, é para nós a pedra de toque para a formação de uma sociedade administrada e unidimensional “totalizante”. Marcuse indica-nos que a racionalidade tecnológica tem seu caráter político revelado por conta deste vir a tornar-se um veículo de informação mais eficiente, estabelecendo assim um

---

<sup>19</sup> MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 84.

cenário “totalitário”. A racionalidade que outrora servira à sociedade como princípio questionador se entrega a uma condição de subalternidade ao sistema tecnológico.

O que outrora se via em regimes totalitários, em que prevalecia a força, hoje se presencia em uma totalidade mais sutil. O esboço é o mesmo, entretanto a estratégia se desenvolveu. O sujeito entrega seu coração e mente à regra da automação fabril, na medida em que a racionalidade quantitativa se justifica pela satisfação das necessidades particulares de consumo de mercadorias que o próprio aparato determina como necessárias. Tem-se então a blindagem, a carapaça que reveste o sistema capitalista de produção de mercadorias, visto que a força capaz de transformação social está sob o domínio do consumo.

A dominação confere maior consistência e força ao todo social no qual se estabelece. A divisão do trabalho, em que culmina o processo social da dominação, serve à autoconservação do todo dominado. Dessa maneira, porém, o todo enquanto todo, a ativação da razão a ele imanente, converte-se necessariamente na execução do particular. A dominação defronta o indivíduo como universal, como razão na realidade efetiva. O poder de todos os membros da sociedade, que enquanto tais não têm outra saída, acaba sempre, pela divisão do trabalho a eles imposta, por se agregar no sentido justamente da realização do todo, cuja racionalidade é assim mais uma vez multiplicada. Aquilo que acontece a todos por obra e graça de poucos realiza-se sempre como a subjugação dos indivíduos por muitos: a opressão da sociedade tem sempre o caráter da opressão da coletividade.<sup>20</sup>

A citação acima retrata bem aquilo que identificamos como opressão do aparato sobre o indivíduo. O desenvolvimento da produção e a complexificação da sociedade acabam por conferir ao indivíduo uma condição subalterna frente ao coletivo. O indivíduo acaba condenado à imposição às regras da coletividade, respaldada nos acertos racionais da sociedade administrada e mecanizada. “A especialização fixa o esquema dominante da padronização”.<sup>21</sup> Ao olhar para as massas verifica-se a facilidade de manipulação dos indivíduos pelos meios sociais, uma vez que os interesses e as paixões são padronizados. O desejo das massas, sob a lógica racionalista, não está voltado para o estabelecimento de uma nova ordem; antes, elas desejam uma parcela maior de participação da ordem social vigente. Ao se fragmentar o ideal de indivíduo autônomo, a administração racionalizada conteve a possibilidade de manifestação e de

---

<sup>20</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*, p. 34-5.

<sup>21</sup> MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, p. 90.

oposição à lógica dominante. O indivíduo autônomo munido de base crítica se organizava em sociedade em prol do coletivo, buscando a melhoria coletiva, ao contrário do que se vê no padrão individualista de sujeito que o sistema moldou. Este busca sua satisfação imediata, aspirando uma parcela de participação maior da produção social mecanizada. Portanto, o que se presencia é que:

Atualmente, o tipo dominante de indivíduo já não é capaz de capturar o momento decisivo que constitui sua liberdade. Mudou sua função; de uma unidade de resistência e autonomia, ele passou a outra de maleabilidade e adaptação. É esta a função que associa indivíduos em massas.

A emergência das massas modernas, longe de pôr em perigo a eficiência e coerência do aparato, facilitou a coordenação progressiva da sociedade e o crescimento da burocracia autoritária, refutando assim a teoria social do individualismo num ponto decisivo. O processo tecnológico parecia levar à conquista da escassez e assim à lenta transformação da competição em cooperação.<sup>22</sup>

O núcleo crítico que estava localizado na potencialidade do sujeito histórico de Marx e que se alinhou à filosofia individualista da razão crítica está sob o assédio da racionalidade tecnológica. Esta estabeleceu uma padronização das funções laborais no interior do aparato, com o que a identificação das funções de execução e de concepção já não se faz tão facilmente. Resultado disto foi uma linearização ou nivelamento das habilidades inerentes aos indivíduos, impossibilitando assim o fluxo dialético que movimenta o desenvolvimento das *forças produtivas*. Assim a racionalização do mundo objetivo alcançou o mundo subjetivo, consolidando dessa forma os grilhões [utilizando neste momento a capacidade literária de Marx] sociais do indivíduo autônomo, com o que foi assegurada a produtividade material da sociedade. A primeira impressão que se registra é que a racionalização tecnocrática tende a democratizar as funções no interior da produção. Entretanto, o que se concretiza é o inverso. O que se confere, na realidade, é a atomização das massas e o isolamento das funções subordinadas das executivas. Disto resulta o deslocamento das habilidades do executor das funções a uma esfera “superior” do gerenciamento. O lineamento das profissões é neutralizado pelo seu isolamento e o surgimento da gerência e burocratização estabelece os ditames pelos quais a produtividade deve caminhar.

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 91.

Desta forma, surge a burocracia sob uma roupagem impessoal e racionalizada, fornecida pelo nivelamento das funções mediante a suposta democratização das tarefas. O dever desta burocracia é manter a racionalidade que incrementa a submissão. À medida que mais se nivelam as funções, mais se compromete a autonomia do sujeito, pois quanto mais alinhado estiver o trabalho da lógica da automação, menor será a possibilidade do sujeito divergir de tal lógica. Nas palavras de Marcuse: “o caráter social da burocratização é amplamente determinado pelo grau em que permite uma democratização das funções, que tende a fechar o abismo existente entre burocracia governante e a população governada”.<sup>23</sup>

O discurso da objetividade da razão tecnológica se legitima da condição de projetar a eficiência e a impessoalidade nos seus processos. Notamos este modelo nas ciências naturais, na rigidez de sua conceituação e nos procedimentos destas ciências. E a racionalização tecnológica segue estes princípios metodológicos. A produtividade é o fim legitimador de todo o processo. Mediante as diretrizes tecnológicas, os indivíduos se rendem ao discurso desta razão, seduzidos pela magnitude produtiva e pela eficiência do processo. Novamente recorreremos aos escritos de Horkheimer e Adorno para melhor ilustrar as características da racionalidade objetiva na ciência moderna:

Na redução do pensamento a uma aparelhagem matemática está implícita a ratificação do mundo como sua própria medida. O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado... o formalismo matemático, cujo instrumento é o número, a figura mais abstrata do imediato mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatidade. O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia. Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução.<sup>24</sup>

Para Marcuse, o impacto da razão tecnológica moderna está refletido justamente na composição das massas, o que se torna o princípio orientador da individualidade, e a crescente hierarquização existente nas grandes empresas capitalistas dos dias atuais. Este contexto liquida o sujeito econômico “livre”, característico da revolução industrial, e que fora encorajado pela competição capitalista. Agora este sujeito torna-se atomizado pela lógica racionalizada de mercado que se orienta pela eficiência procedimental. A

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 95-6.

<sup>24</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. *Dialética do esclarecimento*, p. 38-9.

grande questão reside na figura do indivíduo, que é a peça chave para se pensar numa sociedade qualitativamente superior. Somente por intermédio do indivíduo, munido de autonomia e maturidade crítica, é que se pode projetar um padrão de individualismo que se oponha à coletividade. No entanto, este padrão de indivíduo está submerso na avalanche produtiva promovida pela racionalidade tecnológica, ele está diluído na imensidão das massas amorfas que clamam pela manutenção do sistema. “A moderna sociedade de massas quantifica os atributos qualitativos do trabalho individual e padroniza os elementos individualistas nas atividades da cultura intelectual”.<sup>25</sup>

As observações de Marcuse estabelecem um escopo apropriado à interpretação crítica da sociedade orientada pela produção e ao mercado. A legitimação da razão tecnológica precisa ser desnudada partindo da crítica de suas próprias bases de sustentação social. Para tal empresa, a crítica necessita de uma base conceitual de envergadura, pois a força da padronização social, associada ao alto grau de produtividade e consumo, requer um argumento contundente capaz de se opor ao *status quo*. Dentre as influências que contribuem para a inoperância do pensamento crítico na sociedade, o de maior relevância para Marcuse é o desenvolvimento do aparato industrial e seu controle que se projetou por todas as esferas da vida. Mas não somente isso, outro evento é a conversão dos setores sociais que se opunham à racionalização. Eles passaram a estar em sincronia com a ordem estabelecida. Digno de nota é a visão marcuseana de que a ascensão tecnológica por si mesma não é a responsável pelas mazelas sociais denunciadas pela teoria crítica. Neste sentido, não seria a técnica/tecnologia o agente causador da alienação dos homens, mas sim o aparato social que a governa, o controle social neutraliza a tendência que poderia dar novas perspectivas ao individualismo. Desta forma, condenar o progresso tecnológico seria pueril, visto o foco da questão não ser o “que”, mas o “como” se dá sua aplicação na sociedade. A que fins são administrados os meios técnicos parece ser o questionamento mais acertado para darmos conta da tarefa de verificar as bases da alienação em sociedades capitalistas avançadas.

A lógica de administração total opera numa perpetuação da alienação entre os indivíduos e mina o estabelecimento de novas formas de individualização. Nada mais acertado do que estabelecer a dominação mediante a ampliação do acesso aos bens de

---

<sup>25</sup> MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 100.

consumo para os mais distintos nichos sociais, cujo intuito é a massificação social e, conseqüentemente, a perda das identidades de classe. A difusão da possibilidade de ruptura com os padrões de consumo e a desestabilidade social, que daí poderia ocorrer, são mecanismos de controle eficazes, pois induzem a população a aceitar a ordem vigente ao invés de correr o risco de uma possível privação social. “Os mecanismos externos que governam a padronização encontram aqui uma individualidade ‘natural’; arrasam o campo sobre o qual uma individualização até então reprimida poderia se desenvolver”.<sup>26</sup> O resgate da racionalidade crítica se faz necessário visto que o indivíduo autônomo é pré-requisito para uma ação consciente e libertadora. Para Marx, o sujeito histórico não está dissolvido nas massas, antes, ele é uma classe que se desenvolve mediante sua interação com a natureza, mediante o trabalho. A filosofia do individualismo sustentada por Marcuse se alinha a esta concepção no que tange à associação dos indivíduos autônomos com vistas a um desenvolvimento social em que a coletividade está em evidência. O filósofo tem em mente a idéia iluminista de sujeitos autônomos e livres construindo os pilares sociais necessários para condição social qualitativa.

A teoria esboçada por Marcuse tem particularidades importantes no que tange à tecnologia. O autor prefere distanciar-se de posições dicotômicas, ou seja, tecnofóbicas ou tecnófilas. A estratégia marxiana de estabelecer os conceitos de *forças produtivas e relações sociais de produção*, com a finalidade de dar os contornos necessários à sua teoria, também é adotada por Marcuse na discussão sobre a tecnologia. Um dos esforços da teoria crítica é o de entender a condição pela qual a ciência e a tecnologia se desdobram e se consolidam no capitalismo avançado. Portanto, ao analisarmos o desenvolvimento científico, orientado pela lógica burguesa, demonstrada *a priori* por Marx, denunciaremos a relação mecanicista no interior de tais sociedades, possibilitando pôr em pauta uma crítica ao padrão funcional da ciência que contribui para a perpetuação da alienação dos sujeitos e consolidação de uma sociedade de administração total e racionalizadora, como aponta Marcuse em *O homem unidimensional*. A tecnologia está alinhada a uma forma de estipular as relações sociais, um instrumento de dominação utilizado pelas forças dominantes. Entretanto, existe a possibilidade de se utilizar o desenvolvimento tecnológico para fins de emancipação da

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 102.

necessidade do trabalho alienado. Esta ideia está presente nos escritos de Marx, como também nos de Marcuse. Inclusive, encontra-se nas páginas de *O homem unidimensional*, uma longa citação dos *Grundrisse* de Marx. A fim de corroborar tal proximidade, recorreremos às passagens dos próprios autores:

O progresso tecnológico possibilitaria diminuir o tempo e a energia gastos na produção das necessidades da vida, além de uma redução gradual da escassez. A abolição dos objetivos competitivos poderia permitir que o eu se desenvolvesse a partir de suas raízes naturais. Quanto menos tempo e energia o homem precisar gastar para manter sua vida e a da sociedade, maior a possibilidade de ele poder “individualizar” a esfera de sua realização humana. Para além do reino da necessidade, as diferenças essenciais entre os homens poderiam se expandir: cada um poderia pensar e agir por si, falar sua própria língua, ter suas próprias emoções e seguir suas próprias paixões. Já sem estar preso à eficiência competitiva, o eu poderia crescer no reino da satisfação. O homem poderia encontrar-se consigo mesmo nas suas paixões. Os objetos de seu desejo seriam tanto menos permutáveis quanto mais fossem apreendidos e moldados por seu livre eu. “Pertenceriam” a ele mais do que nunca e esta propriedade não seria infamante, pois não teria de se defender contra uma sociedade hostil.<sup>27</sup>

No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade – por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (por seu lado, o próprio desenvolvimento dessa ciência, especialmente da ciência natural e, com esta, todas as demais, está relacionado ao desenvolvimento da produção material)... A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador... Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção de riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e

---

<sup>27</sup> MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 103.

seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como a única medida e fonte da riqueza.<sup>28</sup>

As passagens acima refletem a concepção que os autores têm acerca do tema do desenvolvimento tecnológico. Podemos notar seus traços otimistas ao tratarem do assunto. Isto se dá pelo fato de que o progresso tecnológico culminaria na liberação do tempo disponível dos indivíduos, uma vez que o tempo necessário para a manutenção da vida seria reduzido, pois o ato laboral estaria mais a cargo das máquinas do que nos músculos dos homens. Este traço é notado na teoria marxiana desde o início de suas considerações sobre o desenvolvimento do homem e na evolução das forças produtivas. Os homens desenvolvem novas maneiras de se apoderar dos meios naturais em sua volta à medida que o trabalho se repete. A aplicação do conhecimento ao repetitivo processo de obter sua subsistência na natureza conduz o sujeito a um patamar produtivo “superior” em relação ao qual herdou dos seus antepassados. Este processo se naturaliza e é aceitável, pois se trata do curso inevitável da vida humana. O desenvolvimento tecnológico, por sua vez, tende a deslocar o processo produtivo a patamares de automação que propicia a inversão da lógica de valor. Já não seria mais o trabalho a fonte de riqueza. Tal condição é uma característica endógena ao sistema capitalista, visto ser a busca do sistema deslocar a capacidade de valorização da mercadoria por outras vias que não a do trabalho humano.

---

<sup>28</sup> MARX, Karl. *Grundrisse*, p. 588-9.

Tanto Marx quanto Marcuse advogam a natureza dialética do sistema capitalista de produção, cada qual no seu tempo, verificando a realidade conforme lhes aparece. A linha que conduz ao progresso tecnológico também promove condições para a derrocada do sistema produtor de mercadorias, visto que a base de valorização destas acaba por ser invertida com a automação das indústrias. Com a redução do tempo necessário para a produção, o valor de troca tende a assumir o valor de uso, pois a redução do tempo de trabalho necessário, como já vimos, está associada ao desenvolvimento tecnológico. Ambos os autores discorrem e entendem que o princípio dialético existente no desenvolvimento das forças produtivas culminará praticamente na eliminação do trabalho alienado, pois o nível de automação chegaria a um ponto que o homem deixaria de ser o que Marx intitulou de “apêndice” da máquina, e passaria a contemplar seus movimentos. Desta forma, o trabalho estaria a cargo da maquinaria automatizada, liberando os sujeitos para uma vida de liberdade e individualidade. Marcuse toma esta orientação marxiana, inclusive cita os *Manuscritos econômico-filosóficos* e os *Grundrisse*, para bem delinear sua proposta sobre o tema tecnologia. No artigo “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna” são notados os traços marxianos. O autor vislumbra um caminho “positivo” no desenvolver da maquinaria e da automação, visto ser este um princípio pertinente ao fenômeno da divisão do trabalho. O homem se desenvolve na medida em que atua na natureza, sendo assim o avanço qualitativo está no desenvolvimento tecnológico. O que realmente deve ser questionado é a forma pela qual a tecnologia é utilizada, quais são as finalidades e o que legitima o emprego da tecnologia na produção. A ordem social, mais do que o próprio desenvolvimento tecnológico, conduz os sujeitos à atomização estabelecendo o padrão de individualidade ordenada pelo aparato. O germe que desenvolve as massas são estes sujeitos atomizados, desprovidos de autonomia que absorvem o discurso dominante da racionalidade tecnológica. Indivíduos atomizados dispersos nas massas orientam seus desejos à lógica produtiva e mercadológica. Tal conduta reproduz o *status quo* social dominante e mina as possibilidades de ruptura com a racionalidade tecnológica. O que ocorre é a limitação do desenvolvimento da individualidade e com isso o tolhimento de sua consciência crítica. Os valores sociais legítimos são substituídos por outros menos nobres fazendo com que as potencialidades do individualismo sejam deturpadas fomentando o princípio mercadológico e promovendo as bases para a administração social total.

A crítica estabelecida por Marcuse não repousa na tecnologia em si. Esta é analisada sob uma condição imanente ao ser humano e ao desenvolvimento social. Seguindo a orientação marxiana, o filósofo contempla o desenvolvimento tecnológico como uma condição estrutural do sistema de produção. O que deve ser abordado é a lógica, a tendência pela qual a tecnologia é empregada na sociedade. Esta por sua vez estipula os padrões pelos quais a tecnologia é aplicada e determina a linha mestra do desenvolvimento científico.

## 2 – Sociedade tecnológica e suas forças de contenção social.

### A) Sociedade capitalista avançada e os pilares tecnológicos.

A obra *O homem unidimensional* resgata e desenvolve o tema abordado no artigo de 1941, “Algumas Implicações Sociais da Tecnologia Moderna”, ou seja, o declínio do individualismo construído nas revoluções burguesas frente ao desenvolvimento da racionalidade tecnológica dos dias atuais. De início, nos deparamos com uma afirmação incisiva acerca das sociedades cujo progresso técnico encontra-se evidente, que é a sutileza da opressão exercida em tais sociedades, a supressão da individualidade, que noutras circunstâncias históricas definiram os rumos sociais numa condição crítica e autônoma. A nova ordem social tecnológica estabelece fardos suaves aos sujeitos, porém não menos perniciosos, pois o que antes esgotava os músculos, hoje dilacera o espírito. Em sociedades tecnologicamente orientadas, em que as necessidades dos indivíduos são atendidas e ao mesmo tempo definidas pelo próprio aparato tecnológico, autonomia de pensamento, direito à oposição, liberdade de toda ordem estão em desuso, visto que tais categorias já não mais exercem, ou pelo menos parecem não mais exercer aquele padrão crítico vivido pelas revoluções burguesas. As possibilidades de escolhas e alternativas socialmente disponibilizadas não transpõem os ditames do *status quo* impostos pela racionalidade tecnológica.

Um ponto de extrema importância na teoria crítica de Herbert Marcuse, inclusive presente logo no início do trabalho, é o posicionamento do autor frente à categoria opressora que ele mesmo denuncia: “Que este ordenamento tecnológico envolva também uma coordenação política e intelectual pode ser uma evolução lamentável, mas ainda promissora.”<sup>29</sup> Este posicionamento de crítica social se dá pela orientação teórica de Marcuse, ancorada numa leitura marxiana, principalmente dos *Grundrisse*. Nosso autor acredita que não seria a tecnologia em si, a causadora das mazelas sociais, antes o problema repousa sobre a maneira pela qual a base tecnológica

---

<sup>29</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 41.

é empregada. “Em virtude da maneira que ela organizou sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a ser totalitária.”<sup>30</sup>

O desenvolvimento tecnológico condiciona a sociedade a alcançar elementos que proporcionem a liberação dos indivíduos em níveis ainda desconhecidos, visto que a automação tende a livrar o trabalhador da necessidade de empregar o seu tempo no labor com vistas à manutenção da produtividade e, conseqüentemente, na reprodução dos itens socialmente determinados à necessidade. Nestes patamares, a estrutura do ser humano seria deslocada a uma condição totalmente nova, em que a *alienação/estranhamento* deixaria de vingar, liberando as potencialidades dos indivíduos. Entretanto, o que se nota é justamente o contrário. Em sociedades cujo índice tecnológico é desenvolvido, verifica-se uma tendência totalitária de administração. Marcuse denuncia esta tendência nas páginas de *O homem unidimensional*, onde afirma que o poder social está alinhado ao “aparato” técnico e os controles sociais atendem à demanda da racionalidade tecnológica. Em suas próprias palavras:

Atualmente, o poder político afirma-se por meio de seu poder sobre os processos mecânicos e sobre a organização técnica do aparato. O governo das sociedades industriais avançadas e em desenvolvimento só pode se manter e se garantir quando tem êxito em mobilizar, organizar e explorar a produtividade técnica, científica e mecânica disponível na civilização industrial. E esta produtividade mobiliza a civilização industrial como um todo, acima e além de qualquer indivíduo particular ou interesses de grupo.<sup>31</sup>

Esta tendência está amarrada ao fato de ser a máquina um poderoso instrumento produtivo que se soma à lógica mercantil presente em sociedades industriais avançadas, que se caracteriza pela produtividade em escala infinita. Tal lógica acaba por se tornar um importante componente político, e o grupo que detiver o receituário operacional do aparato terá o domínio produtivo, bem como a estrutura que orchestra a dinâmica social. O patamar de racionalidade alcançado pelas sociedades capitalistas avançadas inviabiliza associarmos a elas a categoria “sociedade livre”, uma vez que o sentido tradicional do termo não se aplica à realidade vivida nestas sociedades. No entendimento de Marcuse, em sociedades cuja razão baseia-se na ordem tecnológica, impera o controle das necessidades, assim como o controle das “liberdades”. As

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 42.

<sup>31</sup> Ibid., p. 43.

instituições criadas para a manutenção do *status quo* garantem a padronização de critérios de liberdade que se alinham aos interesses dominantes, impedindo o surgimento de oposições críticas à racionalidade totalizadora e seus métodos de contenção social.

A criação ininterrupta de necessidades materiais e intelectuais pela sociedade industrial serve de contenção ao desenvolvimento da capacidade crítica dos sujeitos. O alto padrão técnico promove uma explosão produtiva e com isso garante acesso ao consumo dos bens como antes não se via. Para estabelecer o consumo, o aparato determina as “necessidades” que Marcuse denomina falsas. Estas atuam como forças externas ao indivíduo que não possui poder algum sobre elas. “Falsas são aquelas que são superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares para reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça.”<sup>32</sup>

Com o advento da automação e com a crescente implementação tecnológica, o tempo de trabalho necessário à produção tende a diminuir. Entretanto, o que se verifica são formas mais sutis de dominação que amarram os sujeitos ao consumo e à manutenção do aparato. Para tanto, o aparato converte mentes e corpos ao seu sistema de consumo, transformando os indivíduos em consumidores daquilo que a máquina expele. O consumo e a determinação das necessidades em sociedades industriais são formas de contenção do individualismo crítico necessário para o desenvolvimento qualitativo da sociedade. A satisfação das falsas necessidades tem caráter repressivo e heterônomo. O questionamento das bases que orientam a produtividade e a dinâmica social requer o despertar crítico dos indivíduos que poderiam colocar sob juízo as formas de satisfação das necessidades socialmente impostas.

Para toda consciência e toda experiência que não aceitem o interesse social predominante como a suprema lei do pensamento e comportamento, o universo estabelecido de necessidades e satisfações é um fato a ser questionado – questionado em termos de verdade ou falsidade. Esses termos são totalmente históricos e sua objetividade histórica. O julgamento sobre as necessidades e sua satisfação, sob as condições dadas, envolve padrões de *prioridade* – padrões que se referem ao máximo desenvolvimento do indivíduo, de todos os indivíduos, sob sua melhor utilização possível dos recursos materiais e intelectuais disponíveis.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 44.

<sup>33</sup> Ibid., p. 27.

A escolha das necessidades está condicionada ao nível de autonomia alcançada pelos indivíduos. Seria improvável a concepção de um padrão crítico de escolha tomado pela população, sem que antes ela esteja isenta dos traços dominantes da sociedade industrial, noutros termos, livres das amarras alienantes da sociedade tecnológica e de consumo. Entretanto, o que se verifica é cada vez mais o agravamento da interferência da sociedade na liberdade e na autonomia dos sujeitos. Tal agravamento é diretamente proporcional ao padrão de desenvolvimento tecnológico, racional e produtivo da sociedade. À medida que aumentam os níveis de racionalidade, mais distantes ficam as possibilidades de ruptura com os grilhões que amarram os sujeitos à condição de receptores dos ditames sociais.

A contenção da liberdade e autonomia é o que distingue as sociedades industriais avançadas. O bloqueio imposto ao desenvolvimento crítico da sociedade é estabelecido em consonância com o suprimento das necessidades sociais. O amplo acesso ao consumo concretiza a condição alienada dos indivíduos. Nestes termos, Marcuse identifica o carácter repressivo da sociedade. A repressão torna-se suave, visto que é garantida pelo consumo e acesso a bens que noutras épocas jamais se concebeu. Sob este aspecto, a promoção dos meios de satisfação das necessidades, identificadas como falsas e condicionadas pela sociedade industrial avançada, serve para reprimir a autonomia. A liberdade está transvestida sob a lógica racional da sociedade industrial, o que se mostra como amplitude de escolha na realidade é repressão.

A racionalidade tecnológica ordena as “leis” sociais de forma que o fluxo de desenvolvimento social seja contido mediante a alienação dos indivíduos num patamar distinto daquele denunciado na obra marxiana. O que se presencia em sociedades de alto padrão tecnológico são formas de contenção baseadas no princípio de arregimento e massificação social mediante a padronização do consumo. Vejamos uma passagem de *O homem unidimensional*:

Sob o domínio de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em um poderoso instrumento de dominação. O leque de opções aberto ao indivíduo não é o fator decisivo na determinação do grau de liberdade humana, mas *o que* pode ser escolhido e o que é realmente escolhido pelo indivíduo. O critério para a livre escolha nunca pode ser um critério absoluto, nem tampouco inteiramente relativo. Escolher livremente os senhores não anula a existência de senhores ou de escravos. A livre escolha entre uma ampla variedade de bens e serviços não significa liberdade se esses bens e serviços

sustentam controles sociais sobre uma vida de labuta e medo – isto é, se eles sustentam a alienação. E a reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades superimpostas não estabelece autonomia; ela testemunha apenas a eficácia dos controles.<sup>34</sup>

No trecho acima citado, verificamos a crítica de Marcuse ao padrão social de contenção da autonomia dos sujeitos, verificamos a complexidade dessa trama cujo alvo é a alienação, a manutenção e o controle da ordem social. Este padrão de racionalidade reduz a individualidade a uma nova categoria de massa, movida pelo discurso da eficiência técnica e da produção em escala mundial. O resultado desta dinâmica é o fechamento das possibilidades de desenvolvimento social qualitativo.

A inquietação de Marcuse em *O homem unidimensional* está justamente na questão da eficácia dos controles sociais e seus impactos na sociedade. Ao nos debruçarmos sobre sua crítica social, verificamos a preocupação com um ponto que é reflexo da inversão dos princípios de necessidade, a saber, a imposição e manipulação de *falsas* necessidades sociais. A servidão se inicia naquilo que podemos chamar de “bloqueio” da dialética, pois se os corações são conquistados mediante o consumo, as mentes são entorpecidas pela noção de simetria. O que se verifica no interior das sociedades industriais avançadas é o aplainamento das assimetrias sociais, o princípio de antagonismo de classes parece ser aniquilado pela racionalidade social.

Marcuse advoga que, para se contrapor à condição subalterna, os sujeitos devem despertar a consciência para o fato de serem eles escravizados pela servidão e o florescer desta consciência depende da ruptura com a satisfação das necessidades alheias a eles, deixando prevalecer o que o autor chama de necessidades verdadeiras, que condizem com o que realmente se faz necessário para a manutenção da vida.

Quando analisamos o acesso da população aos bens de consumo, o que salta à vista é uma falsa impressão de que os desníveis sociais foram superados. Entretanto, o que realmente se identifica são as condições de controle total e a alienação efetiva exercida pela sociedade. Destarte, verificamos que a inversão das necessidades em sociedades de tecnologia avançada é o pilar de sustentação de um controle social eficaz, calcado no consumo e na produtividade em massa. A transição do que é necessário para aquilo que é supérfluo é indicativo de uma sociedade cujo controle dos indivíduos é

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 46.

total. Pois o acesso aos bens de consumo descaracteriza o princípio de alienação e com isso mascara os controles sociais. O poder de crítica social cai por terra frente ao alto índice de produtividade e circulação de mercadorias, uma vez que a lógica reinante atende aos anseios das massas por consumo, anseios estes previamente determinados pela racionalidade tecnológica, fechando o ciclo de controle social e configurando aquilo que entendemos por administração total.

Marcuse enfatiza a irracionalidade desta administração que repousa justamente na intensificada racionalidade das civilizações industrializadas: o princípio de dominação extrapola os limites da individualidade, escraviza e anexa os sujeitos a uma condição de impotência frente ao aparato que os cerca. Tal impotência, somada ao controle tecnológico, põe em xeque o entendimento da alienação, dificultando o estabelecimento do pensamento crítico, bem como sua legitimidade. Nota-se que...

no período contemporâneo, os controles técnicos parecem ser a própria encarnação da Razão em benefício de todos os grupos e interesses sociais – em um nível tal que toda contradição parece irracional e toda oposição, impossível.

Assim, não é de se admirar que, nos setores mais avançados dessa civilização, os controles sociais tenham sido introjetados a ponto de até mesmo o protesto individual ser afetado em suas raízes. A recusa intelectual e emocional de “seguir a corrente” parece neurótica e impotente. Este é o aspecto sócio-psicológico do acontecimento político que marca o período contemporâneo: o desaparecimento das forças históricas que, na fase anterior da sociedade industrial, pareceu representar a possibilidade de novas formas de existência.<sup>35</sup>

A racionalidade tecnológica das sociedades industriais cria uma realidade que toma a esfera da individualidade e a consciência do sujeito, os campos mais íntimos dos indivíduos são solapados pela lógica de mercado que exige dele participação por completo. A relação de dominação é diretamente proporcional ao nível de desenvolvimento tecnológico. Diante do progresso tecnológico e da eficiência produtiva, a oposição ao *status quo* é restringida, a sociedade se alinha à lógica do aparato assumindo para si a “falsa” necessidade criada por este aparato. A realidade que o sistema construiu se torna a única realidade possível na consciência dos indivíduos comprometendo a possibilidade de oposição. O poder que a produção exerce sobre a massa opera interna e externamente, visto que as mercadorias e o desejo supridos pelo

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 48.

consumo impõem as regras sociais que amenizam a existência dos sujeitos. “Os produtos doutrina e manipulam; eles promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade”<sup>36</sup>. À medida que os produtos ficam dispostos a um número cada vez maior de classes sociais e indivíduos, maior se torna a adesão ao estilo de vida socialmente produzido, e a falsa realidade produzida pelo aparato vende sua comodidade disfarçada nos produtos destinados a suprir necessidades que ela mesma criou.

Aquilo que Marcuse denominou de “bom estilo de vida”, calcado na euforia das massas, no princípio *quantitativo* do sistema, se traduz pelo consumismo, pelo volume descomunal de itens que a indústria despeja na sociedade. Surge então um novo padrão de pensamento e comportamento, a saber, *unidimensionais*, em que as ações e ideias que visam o desenvolvimento social, legitimamente e comunalmente falando, são relegadas a uma dimensão marginal do sistema. O encolhimento dos princípios *qualitativos* se dá pela adesão dos indivíduos ao aparato tecnológico e sua lógica, à sua rendição aos ditames da racionalidade das sociedades industriais. Esse processo conduz os sujeitos à massificação, a meros consumidores de facilidades criadas pelo sistema de administração totalizante.

O preço a ser pago pelo estilo de vida criado pelas sociedades industriais e sua racionalidade é suplantando a individualidade, reprimir o pensamento autônomo e a razão crítica, trocando-os pela segurança de uma vida administrada por fatores exteriores. O sistema promove os mecanismos socialmente necessários para manter distantes as possibilidades de oposição mediante a alienação. Este é o caso inverso daquela oposição denunciada por Marx, visto ser esta mais próxima do reconhecimento que do estranhamento dos produtores à mercadoria. Mergulhado na massa uniforme, os indivíduos reproduzem a dominação ao se identificarem com o sistema, consumindo suas mercadorias e tomando para si o *way of life* promovido pela administração racional totalizante. É o *quantitativo* militando contra o *qualitativo*; cada vez mais verifica-se a primazia do quantitativo em detrimento do qualitativo. Uma vez que corpos e mentes se orientam pelo suprimento das necessidades “moldadas” pelo aparato, a ciranda nefasta tende a se tornar paulatinamente mais agressiva; e mais difícil é a sua abolição. O

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 49.

sistema cria e reproduz novas “necessidades” e as dissemina na sociedade, renovando a força do aparato e revolucionando sua mecânica.

O deslocamento cada vez maior da autonomia e do pensamento crítico, do poder de contestação dos sujeitos os coloca na condição de *homens unidimensionais*. Presos a esta condição, o aparato se fortifica e se reproduz, pois o poder de propulsão do desenvolvimento qualitativo social está inerte. Em sociedades regidas pela lógica totalizante, noutras palavras, unidimensionais, observa-se a inversão do poder dinâmico social, a potência dialética oriunda do desenvolvimento social do trabalho é deslocado para o aperfeiçoamento das bases tecnológicas destas sociedades. O avanço tecnológico a serviço da racionalidade totalizante significa maiores controles sociais, intensificação na produção de “necessidades” e, conseqüentemente, produtividade em escalas jamais vistas.

O ciclo se fecha, a absorção da produção industrial é garantida mediante os anúncios e apelos para uma nova forma de vida, necessidades programadas para serem atendidas pelo aparato e por suas quinquilharias. O desenvolvimento científico garante a produtividade promovendo, de um lado, a sustentação da ânsia das massas e, do outro, o fluxo de capital que mantém a vida do aparato. O sistema assim ajustado, racionalmente “blindado”, fecha as possibilidades de contestação, pois os indivíduos se incorporam a ele. Assim sendo:

A sociedade coloca obstáculos a todo comportamento e operação que se opõe a ela; conseqüentemente, os conceitos que a contrariam são tornados ilusórios ou em significação. A transcendência histórica aparece como transcendência metafísica, algo que a ciência e o pensamento científico não aceitam.<sup>37</sup>

O poder da razão tecnológica, expressada na “qualidade” de vida e na incontestável produção de mercadorias, promove a disseminação do discurso conservador de manutenção do *status quo*, visto ser distante a possibilidade de crítica ao sistema. Qualquer oposição ao racionalismo tecnológico configura-se em irracionalidade, ou devaneio ideológico.

Não podemos deixar de mencionar que, aos olhos de Marcuse, em *O homem unidimensional*, o “progresso” não está desprovido de neutralidade. Ao contrário, este é

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 52.

encaminhado para fins específicos, fins estes destinados à melhoria das condições humanas. Seguindo o raciocínio de Marx, principalmente nos *Grundrisse*, Marcuse afirma tal premissa. A continuidade do progresso, alinhado ao pensamento dialético, culminaria na liberação dos indivíduos para o ócio, pois as necessidades vitais estariam garantidas pela automação industrial. Esta é a utopia de Marcuse acerca do desenvolvimento tecnológico. Entretanto, as amarras que impedem a marcha “natural” do desenvolvimento técnico e, conseqüentemente, a liberação dos indivíduos prevalecem. A sociedade industrial precisa romper com os limites da “luta pela existência”, que configura-se pela labuta incessante dos indivíduos para suprir suas necessidades; e promover a “pacificação da existência”, que, por sua vez, indica a vida destituída do fardo do labor, em que o indivíduo estaria livre para a fruição de suas pulsões. Urge a necessidade de se revolucionar as bases tecnológicas da sociedade *unidimensional* com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem social, em que prevaleçam o princípio qualitativo e a existência pacificadora.

#### B) Reflexos sociais da produção automatizada.

O impacto social da racionalização das sociedades industriais promove o condensamento das esferas real e abstrata da cultura. Não se pode negar a potencialidade que o desenvolvimento científico e a automação industrial carregam consigo. Entretanto, o modo pelo qual a administração destas categorias é conduzido estabelece um distanciamento daquilo que podemos interpretar como força motriz para o desenvolvimento de individualidades e autonomia dos sujeitos. A realidade material, expoente do desenvolvimento técnico, não apenas contém os padrões “superiores de cultura”, mas também os redimensiona, anulando as assimetrias entre o palpável e o abstrato. Ora, tal redimensionamento neutraliza a contemplação, a idealização, categorias que estruturam o princípio dialético e estabelecem os pilares para o desenvolvimento qualitativo da sociedade. “O homem hoje pode fazer *mais* do que os heróis da cultura e semideuses; ele resolveu muitos problemas insolúveis”<sup>38</sup>, isto

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 85.

mediante o desencantamento do mundo, conforme teorizou Max Weber, cujo referencial foi a ciência. Com o advento da ciência, o homem conseguiu desmitificar os segredos da natureza e com isso lançar suas mãos sobre ela. A dominação da natureza através da ciência modificou drasticamente a relação existente entre o meio natural e o homem. O que se configura, nos dias atuais, é uma relação de dominação não só da natureza, mas também do próprio homem.

O crescente domínio do natural resulta na redução da distância que outrora existia entre cultura superior e realidade. O nivelamento destas duas categorias esteriliza as possibilidades de superação, visto que a cultura fica no mesmo patamar que a realidade estabelecida. A realidade hoje oferece até mais do que prometeu a cultura burguesa. Tal nivelamento contribui para a contenção social, pois o portfólio de opções que a liberdade socialmente estabelecida dispõe não permite que os sujeitos transcendam o sistema. O aparato processa tudo, inclusive a cultura, redimensiona sua superioridade frente à realidade e a reproduz na condição de mercadoria. Transcrevendo o entendimento de Marcuse:

Essa absorção do ideal pela realidade testemunha até que ponto o ideal foi ultrapassado. Ele é trazido do reino sublimado da alma ou do espírito (*spirit*) ou do homem interior e é trazido em termos e problemas operacionais. Aqui estão os elementos progressivos da cultura de massa. A perversão revela o fato de que a sociedade industrial avançada diante da possibilidade de uma materialização dos ideais. As capacidades dessa sociedade estão progressivamente reduzindo o reino sublimado no qual a condição do homem era representada, idealizada e denunciada. A cultura superior torna-se parte da cultura material. Nessa transformação, ela perde a maior parte de sua verdade.<sup>39</sup>

Vemos que a cultura superior e seus valores sempre manifestaram um posicionamento antagônico à marcha da sociedade. Ela denunciava, em seus termos, a condição humana e projetava a reflexão crítica, exigia um padrão de entendimento para além da realidade, ou seja, idealizava a vivência em meio ao enredo que conduziam. No período pré-tecnológico as assimetrias eram mais acentuadas, não se pode negar que ainda verificamos diferenças abissais em sociedades menos industrializadas. Contudo, a mobilidade e a difusão de possibilidades são maiores que outrora. Em tempos anteriores, as mazelas eram melhor definidas, a situação de subserviência e labuta eram

---

<sup>39</sup> Ibid., p. 86.

fato e não consequência. Isto era terreno fértil para a germinação de expressões de arte com princípios críticos e revolucionários, cuja inspiração remontava a objetos distantes da realidade vivida.

No período industrial moderno, as assimetrias foram aplainadas, o sofrimento amenizado, as possibilidades foram ampliadas. As necessidades humanas refletem a programação das máquinas, a individualidade e a crítica ficaram obsoletas frente à potencialidade tecnológica e ao poder de atendimento aos anseios programados. O que era antagônico, dialético, tornou-se consoante ao “novo” modo de existência promovido pela racionalidade tecnológica. A negação transformou-se em utopia, ou melhor, em devaneio distante da realidade. Pois, aos moldes da ciência objetiva, o real é categoria *sine qua non* para a manutenção e reprodução do sistema e alinhada a este perfil encontra-se a massa, seduzida pelos milagres da produtividade industrial e as facilidades por ela defendidas. A cultura superior não foi exaurida, ela convive com a realidade socialmente imposta numa condição de alinhamento ao *status quo*. Os heróis de hoje assumem os padrões de vida que a sociedade industrial moldou, reproduzindo, num patamar extrapolado, os excessos do aparato.

De acordo com Marcuse, o princípio de alienação contemporâneo é comum em todas as esferas da vida. A alienação de outrora que tinha seus traços bem definidos já não é mais tão evidente no seio das sociedades industriais avançadas. A racionalidade, que promoveu a unidimensionalidade social ao mesmo tempo que “suavizou” a alienação, por outro lado disseminou-a por todos os redutos da sociedade de forma equânime. Prova disto é, praticamente, a eliminação das assimetrias da sociedade, noutros termos, a quase total eliminação das contradições de classes. Na dimensão artística notamos que:

A verdade da literatura e da arte sempre foi reconhecida (se é que alguma vez foi mesmo reconhecida) de uma ordem “superior”, que não deveria perturbar e na verdade não perturbou a ordem dos negócios. O que mudou, no período contemporâneo, foi a diferença entre as duas ordens e sua verdade. O poder de absorção da sociedade esgota a dimensão artística pela absorção de seus conteúdos antagônicos. No reino da cultura, o novo totalitarismo manifesta-se precisamente em um pluralismo harmonizador, em que as obras e as verdades mais contraditórias coexistem pacificamente na indiferença.

40

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 89.

Nesta interpretação, não podemos cometer o deslize de considerar que o poder emancipatório da cultura superior esteja aniquilado, o que se verifica é o alinhamento desta, bem como outras esferas da vida, com os preceitos da razão totalizante. Douglas Kellner nos indica:

Mas hoje, o poder da transcendência da arte e da negação está sendo dissolvido, e a arte está sendo integrada na sociedade unidimensional. Assim, o que antes era uma força subversiva é agora "uma engrenagem na máquina cultural" e adorno para a sociedade ... Além disso, não só a alta cultura está sendo absorvida em um pluralismo cultural, que assimila todas as formas de arte para uma unidade inofensiva de tendências artísticas, mas a cultura tornou-se um modo de dominação através da hegemonia das indústrias culturais que bombardeiam seus públicos com ideologias, imagens, anúncios e valores que se reproduzem e legitimam o presente modo de vida.<sup>41</sup>

Desta forma, a sociedade *unidimensional*, regida pela razão tecnológica, “promove a solução” para os conflitos que antes eram insolúveis, invalida a busca pela felicidade e por melhores condições sociais, oblitera o antagonismo proveniente dos choques oriundos da oposição. Numa sociedade que é onipresente, até mesmo a condição essencial para se pensar para além da realidade parece estar impossibilitada, a saber, a solidão. O indivíduo está a tal ponto desprovido de sua individualidade que nem mesmo possui um momento em si.<sup>42</sup> O peso desta racionalidade bloqueia qualquer tipo de fuga ou mesmo contestação. O poder de conscientização e crítica da cultura superior foi posto em latência e este bloqueio foi compensado pela satisfação das necessidades forjadas pela burocracia racionalizada.

Outro ponto polêmico das sociedades industriais avançadas é a questão das pulsões sexuais. Marcuse advoga, ancorado nas teorias freudianas, a tese de que em tais

---

<sup>41</sup> KELLNER, Douglas. *Herbert Marcuse And the Crisis of Marxism*, p. 256. But today, art's power of transcendence and negation is being dissolved, and art is being integrated into the one-dimensional society. Hence, what was once a subversive force is now 'a cog in the culture machine' and adornment to the society...Furthermore, not only has high culture been absorbed into a cultural pluralism, which assimilates all art forms to a harmless unity of artistic tendencies, but culture has become a mode of domination through the hegemony of the culture industries which bombard its audiences with ideologies, images, advertisements and values that reproduce and legitimate the present way of life.

<sup>42</sup> Neste ponto recorro ao debate que travamos nos dias atuais com o advento da era da informática. Basta pensarmos no tema das redes sociais. As comunicações se tornaram imensamente mais fluidas, a difusão desta facilidade comunicativa vulgarizou, banalizou a ideia do refúgio. Com desenvolvimento da informática presenciamos o monitoramento, em tempo real, das pessoas nos mais diversos recôncavos. A tecnologia da informação não permite que o sujeito possua individualidade, este não dispõe da possibilidade de se livrar das clausuras que a sociedade lhe impõe.

sociedades o *princípio do prazer* é absorvido pelo *princípio da realidade*. Isto significa dizer que a sociedade unidimensional, como uma forma de compensar e efetivar a dominação dos sujeitos, transforma o erótico, liberando energia pulsional como sexualidade. A racionalidade tecnológica atua repressivamente nos campos sexual e cultural como forma de controle mais expressivo. Na realidade, a racionalidade tecnológica redireciona as energias eróticas para a liberação sexual com o intuito de encobrir a dominação, tornando-a assim mais “palatável”. Desta forma,

diminuindo a energia erótica e intensificando a energia sexual, a realidade tecnológica *limita o escopo da sublimação*. Ela também reduz a *necessidade* de sublimação. No aparato mental, a tensão entre o que é desejado e o que é permitido parece consideravelmente reduzida e o Princípio da Realidade parece não mais requerer uma transformação indiscriminada e dolorosa das necessidades pulsionais. O indivíduo deve adaptar-se a um mundo que não parece exigir a negação de suas necessidades mais interiores – um mundo que não é essencialmente hostil.<sup>43</sup>

A vida em sociedade torna-se mais “agradável”, a dominação e a alienação mais “suportáveis” à medida que a consciência da realidade, por intermédio do reconhecimento dos antagonismos e das crises entre os interesses de classes, é distorcida e entorpecida. O fechamento das possibilidades, a contenção do desenvolvimento qualitativo requer formas menos traumáticas de dominação. A racionalidade tecnológica obscurece as consciências pela massificação dos indivíduos, manipulando as necessidades dos mesmos e nutrindo a alienação não pela ausência de identidade, antes pela proximidade com a produção, com o nivelamento dos antagonismos, sem consolidar, entretanto, a plenitude da participação social. Todo princípio de contestação é refutado, visto que o meio de vida promovido pela sociedade unidimensional não se ergue pela contradição, mas sim pela identidade, pelo consumo. Não existe privação nesta lógica, pois a produção é dirigida para a satisfação de necessidades pré-determinadas.

Quando o indivíduo domina seus instintos mediante imposição social, ele traz consigo as renúncias socialmente impostas a ele, nutrindo a necessidade de superação de tais renúncias. Isto, mesmo frente a uma condição consciente do sujeito acerca de sua posição desfavorável numa sociedade de classes antagonicas. O contrário ocorre quando a sociedade, mediada pela racionalidade tecnológica, desloca os instintos naturais dos

---

<sup>43</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 91.

sujeitos a uma outra dimensão de possível satisfação. É o que ocorre na transposição do erótico para o sexualmente permitido. A liberdade socialmente condicionada promove a perda da consciência crítica, da razão dos sujeitos facilitando o aceite dos domínios da racionalidade tecnológica. Por outro lado, o despertar crítico exige do indivíduo um alto grau de consciência e autonomia, pois requer dele o conhecimento acerca daquilo que ele vivencia, das mazelas e tormentos que a sociedade lhe impõe. Vemos tais traços na manifestação artística autêntica.

Com o intuito de corroborar a ideia da liberação sexual em sociedades industriais avançadas, pensemos na avalanche, na massificação da indústria pornográfica dos dias atuais. Estima-se que essa indústria suporta algo em torno de 75 milhões de acessos diários no mundo. De acordo com as pesquisas relatadas, o site de pornografia fica atrás apenas de sites de buscas, redes sociais e compras. São 10 milhões de vídeos postados no portal. Este número, conforme indicado na pesquisa, demandaria mais de um século para que ser visto por um usuário qualquer. O número é crescente, os dados são dinâmicos e o consumo de pornografia se comporta em escala exponencial.<sup>44</sup> Estes dados ilustram bem a questão da liberalização da sexualidade apontada por Marcuse na segunda metade do século XX e sua preocupação com o fato da realidade repressiva ocorrida com o advento da racionalidade tecnológica.<sup>45</sup> À medida que a tecnologia da informação se desenvolve, a difusão das falsas necessidades e as liberações administradas são intensificadas. Esta relação direta se justifica ao analisarmos a dinâmica de dominação exercida pela sociedade unidimensional.

Esta preocupação se faz presente também na obra *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer. Dentre outros aspectos, vislumbramos a denúncia que paira sobre a captação de *consumidores*, no sentido estrito da palavra, pela indústria cultural. É um verdadeiro engano. As massas, sob o jugo da repressão racionalizada, se encantam e absorvem as promessas do sistema. Por sua vez, tal promessa é deslocada para uma materialização *eternamente* vindoura. Nas palavras dos autores,

A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o

---

<sup>44</sup> ORENSTEIN, José. O que os dados de uma década dizem sobre o consumo de pornô na internet. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/19/O-que-os-dados-de-uma-d%C3%A9cada-dizem-sobre-o-consumo-de-porn%C3%B4-na-internet>. Acesso em: 01/03/2019.

<sup>45</sup> O fenômeno da liberalização erótica foi denominando *dessublimação repressiva* pelo filósofo.

prazer, emitida pelo enredo e pela encenação, é prorrogada indefinitivamente: maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegaremos à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio.

De seu lado, as obras de arte tampouco consistiam em exposições sexuais. Todavia, apresentando a renúncia como algo de negativo, elas revogam por assim dizer a humilhação da pulsão e salvavam aquilo a que se renunciara como mediatizado. Eis aí o segredo da sublimação estética: apresentar a satisfação como uma promessa rompida. A indústria cultural não sublima, mas reprime. Expondo repetitivamente o objeto de desejo, o busto no suéter e o torso nú do herói esportivo, ela apenas excita o prazer preliminar não sublimado que o hábito da renúncia há muito mutilou e reduziu ao masoquismo.<sup>46</sup>

Com a crescente produtividade industrial, regida pela automação resultante do progresso técnico, esta sociedade necessita de um número cada vez maior de receptáculos de seus produtos. O fluxo econômico, as guerras ocorridas são explicadas na história recente pela busca incessante por novos mercados e consumidores dos excedentes industriais. Assim sendo, a racionalidade tecnológica precisa desenvolver novos meios afim de garantir os nichos de consumo. Obscurecidos os princípios de razão dos indivíduos, a produtividade em massa demanda consumidores massificados. É o que ocorre, visto ser a população escrava das necessidades que a sociedade ditou e do consumismo que o aparato possibilitou.

A manipulação das necessidades e dos instintos pela sociedade unidimensional culmina na alienação “suavizada” característica destas sociedades. Mediante a introjeção das falsas necessidades, ficam estabelecidas as amarras materiais aos indivíduos; de outro lado, a manipulação dos impulsos eróticos instintivos desloca as forças vitais para o aparato a fim de nutrir o sistema com esta potência viva. Tal façanha é consumada através da liberação da sexualidade, em termos administrados, pela sociedade unidimensional. Nestes termos:

Essa liberação da sexualidade (e da agressividade) liberta os impulsos instintivos de muito da infelicidade e do descontentamento que elucida o poder repressivo do universo estabelecido de satisfação. Certamente, há infelicidade generalizada, e a consciência feliz é bastante frágil – uma fina camada sobre o temor, a frustração, o desgosto. Essa infelicidade se presta facilmente à mobilização política; sem espaço para o desenvolvimento da consciência, ela pode se tornar o reservatório pulsional para o novo modo fascista de vida e morte.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO Theodor. W. *Dialética do esclarecimento*, p. 130-131.

<sup>47</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 101.

Os temas da razão e da dominação são recorrentes nos trabalhos dos teóricos da Escola de Frankfurt. Horkheimer e Adorno são exemplos disto. Estes autores são partidários da ideia de que a razão em sua forma mecanicista conduz o homem ao progresso técnico. Entretanto, tal razão promove a dominação não apenas da natureza como também o próprio homem. No livro *Dialética do Esclarecimento*, os autores discutem o termo “indústria cultural”, cujo eixo teórico foi retomado por Marcuse mais de uma década depois. A indústria cultural determina as regras que os indivíduos deverão continuar seguindo, afim de se manter o *staus quo*.

“A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma.”<sup>48</sup> A dominação social está ajustada ao padrão de repressão, não mais nas condições subumanas da fase pueril do capitalismo. Hoje em dia, a dominação está revestida de satisfação imediatista, na primazia do espetáculo e do quantitativo. Para Silva:

As formas de dominação do homem evoluíram na mesma proporção que as de dominação da natureza. Por trás delas está a noção de progresso técnico. Se por um lado o desenvolvimento de máquinas permitiu substituir a força corporal pela mental, tornando mais fácil a satisfação das necessidades, por outro a dominação do homem também se exerce hoje em dia menos pela violência corporal que pela sutil domesticação da alma e dos sentidos.<sup>49</sup>

As massas se comportam de maneira subalterna e em certos casos até mesmo atam-se às amarras que o sistema criou antecipando o processo de dominação. “Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos”.<sup>50</sup>

Tal realidade entorpece as mentes, bloqueia a crítica ao padrão racional e suprime a individualidade. Os indivíduos se tornam reféns desta realidade, presos a uma dinâmica circular que não permite a possibilidade de avanços qualitativos. Fazendo um paralelo analógico, podemos exemplificar a condição das massas em sociedades unidimensionais como um rebanho. Ora, os “bons” tratos, as aplicações de técnica neste

---

<sup>48</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. *Dialética do esclarecimento*, p. 114.

<sup>49</sup> SILVA, R.C. Tecnologia e Progresso: Dois Pontos de Vista da Teoria Crítica, p. 58-9.

<sup>50</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. *Dialética do esclarecimento*, p. 125.

rebanho não indicam a proximidade do criador para com sua propriedade; antes, ele está cuidando de seu investimento. O que se suga das entranhas do rebanho está diretamente ligado ao que este consome.

“O mundo da experiência imediata – o mundo no qual nos encontramos vivendo – precisa ser compreendido, transformado e até subvertido para se tornar o que ele realmente é”.<sup>51</sup> Partiremos do entendimento de que o princípio dialético que rege a história encontra-se, de certa forma, absorvido nos princípios e diretrizes da sociedade de tecnologia avançada. Isto quer dizer que as bases responsáveis pelo desenvolvimento histórico e social estão sob o jugo da racionalidade tecnológica. Tal racionalidade condiciona a realidade social de modo que os antagonismos são neutralizados, a Razão encontra-se destituída de seus pilares cognitivos, diluída numa realidade objetivamente distorcida que contribui para uma espécie de “fechamento” da crítica ao *status quo*.

Desta forma, o entendimento do mundo em que vivemos, da realidade da qual somos reféns está sob um véu que desfoca o senso crítico. Assim sendo, este mundo está longe de ser analisado, compreendido e superado. A lógica da racionalidade tecnológica põe na ordem do dia o enaltecimento daquilo que é objetivo e funcional, noutros termos, prioriza aquilo que é imediato, quantitativo em detrimento daquilo que entendemos como verdadeiro. O que aterroriza e inquieta é justamente a neutralização das assimetrias sociais, das categorias antagônicas motoras da história e balizadoras do conhecimento. O conflito que mediava o desenvolvimento qualitativo social é deslocado a uma dimensão que visa à oposição à Razão. A razão tecnológica oblitera a ordem natural da história, ao neutralizar os antagonismos que permeiam a sociedade e ao transpor a potencialidade da Razão para a dimensão de manutenção da realidade objetiva. O aparato desloca de tal forma os elementos questionadores da consciência crítica que estes acabam servindo à manutenção da ordem vigente, promovendo e fortificando as bases deste sistema ao invés de servir de referencial crítico e emancipador. Devemos buscar mecanismos para a superação do estado de letargia em que repousa o espírito questionador crítico da sociedade, retomar a real essência dos antagonismos e da dialética que norteiam o desenvolvimento social qualitativo, superar a realidade guiada por experiências objetivas e imediatas.

---

<sup>51</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 137.

Quando o conteúdo histórico entra no conceito dialético e determina metodologicamente seu desenvolvimento e função, o pensamento dialético alcança a concretude que liga a estrutura do pensamento à realidade. A verdade lógica se torna a verdade histórica. A tensão ontológica entre essência e aparência, entre “ser” e “dever” se torna tensão histórica e a “negatividade interna” do mundo objetivo é entendida como a obra do sujeito histórico – o homem e sua luta com a natureza e a sociedade. A Razão se torna Razão histórica. Ela contradiz a ordem estabelecida dos homens e das coisas em nome das forças sociais existentes que revelam o caráter irracional dessa ordem – porque “racional” é um modo de pensamento e de ação que é orientado para a redução da ignorância, da destruição, da brutalidade e da opressão.<sup>52</sup>

Na sociedade unidimensional, a realidade estabelecida é criticada pela dialética, princípio pelo qual a contradição faz parte da natureza do objeto. A racionalidade tecnológica determina os modos de pensamento e comportamento e os condiciona de maneira que os mesmos contribuam para a reprodução da lógica do sistema como um todo. A ordem natural do desenvolvimento qualitativo, mediante o pensamento dialético, é neutralizada por uma lógica preestabelecida que atende aos interesses do aparato tecnológico, sua reprodutividade e de quem os domina. Mergulhados no interior desta lógica, os indivíduos sacrificam sua autonomia e individualidade pelo conforto do consumismo e acomodação nas massas, cujo resultado é a estabilização da marcha para o desenvolvimento social e a reprodução da opressão suavizada que a sociedade industrial proporciona. A estrutura de pensamento regido pela racionalidade tecnológica não admite transposição, apenas aprimoramento de suas formas que visam à reprodução e manutenção do *status quo* social. Para se estabelecer uma consciência que analise, a fim de compreender e superar a realidade imposta pelo aparato, é necessário uma lógica diferente, alheia ao padrão estrutural do cientificismo operacional.

O pensamento contraditório, dialético, pertence a uma categoria autônoma de sujeitos que são estranhos ao operacionalismo das sociedades industriais. Num mundo dominado pelo consumo e pela opressão do concreto, o modo de pensar para além do dado parece ser surreal. O pensamento crítico recua diante da realidade concreta da sociedade *unidimensional*.

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 151.

C) Organização social regida pela eficiência racional da produção e seus desdobramentos.

Ao analisar o desenvolvimento da sociedade industrial avançada, Marcuse entende haver um apriorismo tecnológico. Da mesma forma que esse apriorismo determinou o desenvolvimento das ciências naturais, ele se estendeu à dinâmica social. Assim,

A ciência da natureza se desenvolve sob o *a priori tecnológico* que projeta a natureza como instrumentalidade potencial, objeto de controle e organização. E a apreensão da natureza como instrumentalidade (hipotética) *precede* o desenvolvimento de toda organização técnica particular.<sup>53</sup>

Este *a priori* tecnológico também serve como um *a priori* político ao olharmos que a transformação da natureza também afeta, diretamente, o próprio homem. Devemos levar em consideração que existe uma distinção entre ciência pura e ciência aplicada. A ciência pura não busca uma finalidade operacional, ela se desenvolve no decorrer de processos a ela inerentes independentemente de os resultados terem uma aplicabilidade. E Marcuse projeta este viés desprovido de um telos operacionalizante na técnica, pois a maquinaria é indiferente aos usos que se dão a ela. É o que se vê quando o autor vislumbra, ancorado aos escritos de Marx, a possibilidade de liberação do tempo disponível dos trabalhadores. Entretanto, o caráter *per se* da ciência teórica pura acabou por servir à razão prática. Isto, pelo fenômeno da racionalização da ciência e sua finalidade quantitativa no interior das sociedades capitalistas avançadas. Nos dias atuais, com o desenvolver constante da tecnologia, a dominação se perpetua, alcança níveis outrora inatingíveis, legitima o poder político e traz pra si toda a amplitude cultural. O impacto disto na sociedade é que:

Neste universo, a tecnologia também provê a grande racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade “técnica” de ele ser autônomo, de determinar a sua própria vida. Pois essa não-liberdade não parece nem como irracional nem como política, mas sim como submissão ao aparato técnico que amplia os confortos da vida e aumenta a produtividade do trabalho. A racionalidade tecnológica então protege, assim, ao invés de negar, a legitimidade da dominação,

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 160.

e o horizonte instrumental da razão se abre em uma sociedade racionalmente totalitária.<sup>54</sup>

O desenvolvimento da tecnologia, creditada ao progresso científico, estendeu sua aplicação para o interior das instituições e regras sociais. Isso tornou a sociedade totalitária, no tocante ao critério de autonomia dos sujeitos quanto às escolhas e definições de modelos e dinâmicas sociais.

A dinâmica incessante do progresso técnico se tornou permeada de conteúdo político, e o Logos da técnica foi transformado em Logos da servidão contínua. A força libertadora da tecnologia – a instrumentalização das coisas – se transforma em um grilhão da libertação; a instrumentalização do homem.<sup>55</sup>

A realidade que permeia as condições sociais, na atualidade do *quantum* tecnológico, é a situação de servidão e dominação do homem pelo próprio homem. O que deve ser observado e analisado é como os sujeitos são dominados e por quais mecanismos se dá tal dominação. Não há necessidade de resgatarmos as mazelas sofridas pelos proletários, tão bem relatadas nas páginas da crítica marxiana; cabe apenas lembrarmos que outrora a dominação se dava mediante os músculos e nos dias em que se presencia desenvolvimento tecnológico ela se dá pelo aprisionamento da consciência. O que queremos salientar, nas leituras de Marcuse, é o fato de que os meios de dominação do homem pelo homem com base em tecnologia avançada são muito mais sutis e próprios da complexidade do aparato que a sociedade reproduz.

A manutenção da realidade social pela racionalidade totalizante está ancorada na “ordem objetiva das coisas”. A esta categoria podemos associar as complexas regras econômicas de mercado, as estruturas institucionais da sociedade, o direito e os reflexos sociais do aparato tecnológico e sua lógica de operação. A materialidade da sociedade cerceia os sujeitos e os mantém coesos em massa. A dinâmica de sociedades assim orientadas já foi esboçada: trata-se de uma sociedade hierarquizada que sustenta sua lógica, explorando com eficiência os recursos naturais e sociais, distribuindo benefícios moldados pela necessidade mediada, isto em escala crescente. O limite desta racionalidade está na contradição entre a perpetuação da necessidade de os indivíduos lutarem pela vida, por um lado, e o desenvolvimento tecnológico, cuja razão está orientada na ordem inversa. Ou seja, à medida que o desenvolvimento tecnológico

---

<sup>54</sup> Ibid., p. 164.

<sup>55</sup> Ibid., p. 165.

avança, a luta pela vida, o tempo necessário à manutenção da vida se torna menor. Tal contradição põe em risco a estrutura social desde sua base até o seu ápice. Para Marcuse a racionalidade tecnológica perpetua um “erro” e tal erro está localizado na categoria *trabalho*. O modo pelo qual os homens organizam sua forma de trabalho social encontra-se equivocado.

A preocupação do filósofo está localizada nas forças de contenção, que tendem a neutralizar o princípio questionador ao aparato. A base para a oposição e para a transcendência qualitativa da sociedade é utilizada para a dinâmica que perpetua a lógica dominante na sociedade unidimensional. A inversão da base opositiva em conservadora é a expressão, a manifestação do problema, pois, ao se organizar de forma equivocada, a sociedade se torna totalitária nas suas estruturas internas, refutando assim a contestação e suas alternativas. Isso tudo é legitimado pela excepcional eficiência produtiva e quantitativamente progressiva. O impacto da produtividade e da distribuição de bens de consumo, culminando na melhoria dos meios de vida, por si só tende a dispensar quaisquer opções de alternativas que façam frente à organização mediada pela racionalidade tecnológica. Este bloqueio das alternativas é entendido como comportamento *unidimensional*, que refuta qualquer questionamento. A isto podemos denominar alienação, pois tal condição é própria de uma consciência “bloqueada” pela própria vontade ou por meios externos de conceber um modo de vida diferente daquele em que ela está inserida.

Uma personalidade assim configurada é incapaz de compreender a dinâmica que a cerca ou até mesmo não deseja tal compreensão, tornando-se imune à possibilidade de conceber outro patamar de realidade ou racionalidade. A lógica é cíclica, pois ao corresponderem à racionalidade tecnológica, os indivíduos assumem a “ordem objetiva das coisas” e imergem na falsa consciência, com o que contribuem para a preservação dessa ordem.

O fatalismo é a expressão que alinha a lógica estabelecida pelo aparato técnico. Viver em prol de uma produtividade destrutiva, alimentar uma cadeia de estruturas maléficas que contradizem o objetivo legítimo da vida, assumir uma condição miserável de labor e renúncia ao preço de uma satisfação mediada são princípios que ordenam as *sociedades unidimensionais*. Os sujeitos inseridos nesta racionalidade totalitária tomam dela seus ordenamentos ideológicos e, assim, ela opera e se reproduz. A base de

sustentação de todo o aparato são as mentes entorpecidas e os corações ansiosos pelas benesses regurgitadas pelas máquinas.

A sociedade mediada pela racionalidade tecnológica estrutura a dominação do homem pelo homem, assim como da natureza de maneira mais científica e racional. Esta racionalidade invade as esferas da cultura e da política. Paralelamente, o empreendimento avança sobre a individualidade, disseminando os ditames sociais e consequentemente enjaulando a autonomia dos indivíduos. A legitimidade deste sistema está associada ao resultado material que ele concretiza.

Ao se definir a finalidade e os objetivos a serem alcançados socialmente com a instrumentalização da ciência, também foram definidos os limites nos quais a sociedade deve trilhar. Os contornos sociais fixaram uma dinâmica repressiva cujo alívio repousa na satisfação de necessidades mediadas por aquilo que o aparato produz. A transcendência deste modo de vida foi reduzida, pois toda e qualquer forma de crítica ao sistema tornou-se ineficaz frente à legitimidade da ordem vigente. Nota-se que, na sociedade capitalista avançada, prevalece um sistema de contenção que promove a estagnação das forças contestadoras e dialéticas. Tais forças encontram-se em repouso, uma vez que o espírito que as comporta está dilacerado por uma lógica repressora que, ao suprir os apetites imediatistas da matéria, subjuga o sujeito e sua autonomia.

Aquilo que não é quantificável está extirpado da realidade social; esta é a lógica da racionalidade técnica. Ora, se olhar para o horizonte é assumir uma direção contrária ao fluxo da sociedade, resta aos indivíduos a resignação e a reprodução de uma condição subalterna. Este é o preço a ser pago pela segurança que o modo de vida da sociedade unidimensional promove.

Os limites da racionalidade tecnológica estão justamente naquilo que absorve sua legitimidade, ou seja, o indivíduo. Isto porque a definição de objetividade e verdade parte do entendimento humano, são os indivíduos que interpretam, compreendem e mudam o meio em que vivem. E tal interpretação é dependente do quanto a matéria é conhecida em profundidade e essência. Neste caso, a ciência moderna se torna instrumento válido para tanto, visto ser dotada de métodos que balizam o conhecimento. Com as bases da ciência atual, a natureza foi universalmente conceituada como “matéria-função” de proporções infinitas, cuja finalidade está apenas para experimentação e expoliação.

Nestes moldes, a matéria, o objeto, assumiu o papel estrutural no processo tecnológico, um processo baseado em teses e hipóteses em que o indivíduo está como ente verificador e validador das novas perspectivas que o sistema encampa. Na forma de material disponível para experimentação e manipulação, a natureza é caracterizada como algo passível de todo tipo de investida de ordem técnica. Assumindo um fim específico e orientado pela razão tecnológica, a sociedade trilhou um caminho totalitário em que qualquer proposta que não esteja associada ao quantificável torna-se utópica. Entretanto, a sustentação deste sistema está na absorção dos valores sociais pelos indivíduos que se sujeitaram aos princípios sociais totalitários impostos pela tecnologia. Todo o processo que se estabelece acerca desta racionalidade é, em sua essência, um processo político. Não se verifica um desenrolar desconectado de um *telos* definido aprioristicamente, existe uma conexão com interesses dominantes que envolvem todo o aparato. Para tanto, basta verificarmos a eficácia e a produtividade que o sistema dispõe e a quem as vantagens são dispostas.

Estabelece-se assim o núcleo duro donde sociedades industriais avançadas consolidam suas ideologias e imobilizam o caráter crítico da teoria. Ela é esvaziada em sua essência diante de uma sociedade cujas realizações mercadológicas são enaltecidas ou até mesmo glorificadas. São nestes termos que Marcuse assevera:

Confrontada com o caráter total das realizações da sociedade industrial avançada, a teoria crítica é deixada sem a base racional para transcender essa sociedade. O vácuo esvazia a própria estrutura teórica, porque as categorias de uma teoria social crítica foram desenvolvidas durante o período em que a necessidade por recusa e subversão foi incorporada na ação de forças efetivas. Essas categorias foram conceitos essencialmente negativos e de oposição e definiram as contradições vigentes na sociedade europeia do século XIX. A própria categoria “sociedade” expressou o conflito agudo entre a esfera social e política – a sociedade como antagônica ao Estado. Da mesma forma, “indivíduo”, “classe”, “privado”, “família” denotaram esferas e forças ainda não integradas às condições estabelecidas – esferas de tensão e contradição. Com a crescente integração da sociedade industrial, essas categorias estão perdendo sua conotação crítica e tendem a se tornar termos descritivos, ilusórios ou operacionais.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Ibid., p. 35.

### **3 – O fechamento das possibilidades de contestação social.**

#### A) “Neutralização” do qualitativo e enaltecimento do quantitativo.

Como bem sabemos, a teoria crítica é permeada de discussões relativas à cultura nas sociedades capitalistas avançadas. Não é nosso objetivo definir o que seria cultura, uma vez que teríamos de extrapolar o propósito deste trabalho. Seguiremos a trilha dos escritos marcuseanos e adotaremos a estratégia de mapear as condições pelas quais a cultura está disposta em sociedades tecnológicas totalitárias.

Cultura e civilização são termos que expressam conteúdos distintos na visão de Marcuse. A cultura está associada ao indivíduo e à sua autonomia, e evoca ideais de realização humana. Já a civilização remete ao reino das necessidades e privações, dos limites impostos ao indivíduo pela natureza e pela sociedade. Em civilização, o homem está desprovido de sua completa autonomia, é despido de sua personalidade; no âmbito da cultura, a manutenção da vida ocorre de forma natural e as necessidades refletem os desejos individuais. Na civilização existe uma linha mestra que ordena os comportamentos e direciona as necessidades no sentido de controlar os indivíduos e estabelecer uma espécie de coesão. Desta forma, os homens se sujeitam a regras exteriores abdicando de sua autonomia em troca da “comodidade” da vida em sociedade.

Ao estabelecer o controle social das necessidades, a civilização direciona seu avanço e sua reprodução, pois se nutrirá da manipulação e criação destas necessidades. Os homens são adestrados a absorverem as diretrizes que a sociedade determina. O progresso técnico, racionalmente orientado, da sociedade industrial avançada depende do quão reféns desta manipulação de necessidades os homens estão, visto que a criação destas está intimamente ligada à capacidade produtiva social. Isto é coerente, pois a sociedade somente poderá estabelecer como necessidade aquilo que for capaz de suprir e, por outro lado, é bem possível que aquilo que suprirá as “necessidades” socialmente moldadas já exista antes mesmo da criação de suas demandas.

Com o desenvolvimento técnico da sociedade, postula Marcuse, o que se presencia é o não afastamento da tensão entre cultura e civilização, mas, antes, o agravamento existente entre as duas categorias. Isto, pelo fato de que esta mesma tensão, no interior da civilização, é reprimida em escala continuamente crescente.

...tal progredir não afastou a tensão entre *cultura* e *civilização*. Até mesmo pode ter agravado a dicotomia, dado que as imensas possibilidades abertas pelo progresso técnico aparecem em crescente oposição à sua realização limitada e desfigurada. Ao mesmo tempo, no entanto, essa mesma tensão é cada vez mais reprimida, dado que a cultura é incorporada sistemática e organicamente na vida cotidiana e no trabalho – e de modo tão eficaz que podemos nos perguntar se, em vista das tendências predominantes na sociedade industrial avançada, ainda se pode manter a distinção entre *cultura* e *civilização*.<sup>57</sup>

O fato de a sociedade industrial avançada, mediante a manipulação das necessidades conforme interesses particulares e continuamente suprimindo a autonomia dos sujeitos, promover um verdadeiro ataque aos princípios humanos torna esta sociedade totalitária. E esta realidade se agrava ao passo que a tecnologia é desenvolvida nos termos utilitários. As ciências empíricas estão em voga em nossa sociedade dada a primazia do imediato e do quantitativo. A sociedade tecnológica respira dados palpáveis e aplicáveis, ou seja, necessita de progresso material e domínio efetivo. Desta forma, apenas a ciência racionalizada responde ao apelo do aparato.

Esta tendência não poderia ser diferente numa sociedade formatada pelos princípios tecnológicos, visto que uma teoria para além da reprodução mercadológica não se prestaria aos serviços deste ou daquele senhor. Noutros termos, o desenvolver de uma teoria crítica se dá de forma desconectada de fins estabelecidos, ela se desenvolve no seu próprio tempo mediante questionamentos e necessidades legítimos de sujeitos livres e autônomos. Este princípio foi engolfado pela sociedade industrial e substituído pela operacionalidade da ciência natural positivista. O desenvolvimento técnico demanda fins altamente definidos com uma base racional dominante. É o quantitativo sobressaindo frente ao qualitativo, pois:

---

<sup>57</sup> MARCUSE, Herbert. Comentários para uma redefinição da cultura. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 72. Essa passagem é uma releitura de Marcuse de um tema aparecido antes em *O homem unidimensional*, em que ele afirma a ideia contrária, a saber, a de um nivelamento da tensão entre cultura e civilização. “A nova característica de hoje é o enfraquecimento do antagonismo entre cultura e realidade social através da invalidação dos elementos de oposição, alienação e transcendência da cultura superior...”. Cf. *O homem unidimensional*, p. 86.

a civilização tecnológica tende a eliminar os objetivos transcendentais da cultura (transcendente em relação aos fins socialmente estabelecidos) e elimina ou reduz com isso aqueles fatores e elementos da cultura que, em face das formas dadas da civilização, eram antagônicos e alheios.<sup>58</sup>

Uma vez que as sociedades capitalistas avançadas se pautam por um padrão tecnológico quantitativo, a teoria crítica fica à margem do sistema, pois o desprendimento com o imediato e palpável a torna utópica e impraticável, mera especulação teórica. Noutros termos, a teoria crítica é rechaçada justamente por sua legitimidade e compromisso com o desenvolvimento humanitário, ou seja, qualitativo. Uma questão recorrente no totalitarismo é o grau de racionalidade das sociedades tecnológicas e o nível de interação dos sujeitos à realidade e ao *status quo*. A que profundidade está o sujeito no interior das sociedades tecnológicas? A resposta a esta pergunta se faz necessária para que se possa estabelecer, na sequência, uma crítica ao entendimento e alcance da capacidade de consciência dos indivíduos. Isto pelo fato de que as sociedades tecnológicas exigem um padrão de consciência distinto daquele observado em épocas anteriores, cuja expressão seria o sujeito histórico de Lukács apresentado em *História e consciência de classe*: uma consciência crítica que busca a superação e a transformação da realidade estabelecida. Nesta obra, Lukács desenvolveu a tese de que no capitalismo de seu tempo, as relações sociais sofreram uma espécie de naturalização. Tal condição é visível no processo de reificação exercido pela racionalidade burguesa, notadamente no que confere ao desenvolvimento social.

A reificação das relações sociais se consolida e se reproduz mediante o pensamento objetivo das ciências da natureza. O pensamento formalizado, rigidamente formatado causa o impedimento do fluxo *ordinário* da história. Baseado em experiências empíricas, cuja finalidade está rigidamente estabelecida, as ciências naturais, que expressam a racionalidade social, minam o *dever* da história. Convém lembrar que a possibilidade de ruptura com as relações sociais reificadas não caberá ao indivíduo isolado para Lukács. Distintamente da teoria crítica, o indivíduo isolado não teria a capacidade de revolucionar a história. Desta forma, Lukács...

concede o papel fundamental na história à classe trabalhadora: o proletariado era classe privilegiada, pois podia transcender a economia de troca do capitalismo devido à sua autoconsciência de classe. As

---

<sup>58</sup> Ibid., p. 74.

concepções teóricas da burguesia não conseguem se libertar da imediatidade do mundo das mercadorias, devido à dinâmica dos interesses de classe; apenas o proletariado é capaz de atingir uma compreensão da totalidade social, do ser social.<sup>59</sup>

Outra interpretação importante acerca do conceito de reificação de Lukács é feita por Isabel Loureiro. Para a autora:

O conceito de reificação permite captar em termos teórico-críticos a característica fundamental da civilização ocidental moderna – uma civilização que transforma o mundo qualitativo, com toda a sua diversidade, tanto no plano objetivo quanto subjetivo, em quantidade/abstração, quer dizer, em mercadoria a serviço do capital e de sua lógica expansionista. O mundo capitalista é abstrato (hoje se tornando virtual), em que tanto faz produzir armas, automóveis ou alimentos, pois tudo está subordinado ao valor supremo – a reprodução do capital.<sup>60</sup>

Sociedades tecnológicas exigem uma consciência complacente e ajustada ao aparato, que não apenas reproduzam a realidade posta, mas que encampem sua defesa e a interiorizem como a única possível. Assim sendo, ocorre um “fechamento” da consciência do indivíduo, impossibilitando a compreensão de categorias alheias às que a racionalidade tecnológica lhe imprimiu. Nos dias atuais, na era da informação, o que se presencia é o contato irrestrito com todo e qualquer tipo de informação, inclusive a obras consideradas tradicionais e universais que elevaram espíritos dos mais distintos. Porém, o limite está na capacidade de absorção daquilo que entendemos como “superior”.

A racionalidade totalizante induz e inculca no sujeito uma forma de pensar *unidimensional*. Isto bloqueia possibilidades de surgimento e empreendimento de ideias que apontam para além da realidade social dada. Assim sendo, vemos que:

Em sua forma e direção dominantes, o progresso dessa civilização exige modos de pensar operacionais e traduzíveis em atitudes apropriadas para aceitar a racionalidade produtiva dos sistemas sociais dados, para defendê-los e melhorá-los, mas não para negá-los. Contudo, o conteúdo (geralmente oculto) da cultura superior consistia, em grande medida, precisamente nesta negação: na denúncia da destruição institucionalizada das potencialidades humanas, e que estava comprometida com uma esperança, difamada pela civilização existente como “utópica”.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> SILVA, Rafael Cordeiro. *Max Horkheimer: teoria crítica e barbárie*. p. 42-3.

<sup>60</sup> LOUREIRO, Isabel. Breves notas sobre a crítica de Herbert Marcuse à tecnologia. p. 29.

<sup>61</sup> MARCUSE, Herbert. Comentários para uma redefinição da cultura, p. 75.

Portanto, não seria a falta de cultura, mas, antes, a ausência de consciência, o cercamento estipulado pela racionalidade tecnológica aos sujeitos e conseqüentemente sua massificação a promover o totalitarismo recorrente nestas sociedades, que impedem o surgimento da autonomia e da oposição necessária para um pensamento distinto do que está posto. Tal condição perpassou a ciência, cujo resultado foi o enaltecimento das ciências empíricas frente às ciências do espírito e o mais grave é a migração das ciências do espírito para o estabelecimento de finalidades quantificáveis. Isto se deu no meio acadêmico, pela busca de resultados e metas estabelecidas, pois o que não for palpável deixou de ser científico para se tornar mera discussão metafísica e ideológica.

A civilização tecnológica estrangula o princípio transformador da cultura superior, esterilizando seu meio de atuação mediante uma forma de vida administrada pela racionalidade e subsidiada pela produção industrial. Nota-se uma redefinição da cultura em que o molde é justamente a realidade imposta. O que impera é o operacionalismo, o quantificável. Todo e qualquer item que não atenda os critérios desta civilização tecnicizada é tido como supérfluo ou mera ficção. O universo da arte resguarda aquilo que podemos entender como contestação e “racionalidade de negação”. Em sociedades tecnológicas verificamos que...

essa lacuna essencial entre as artes e a ordem cotidiana, conservada aberta na alienação artística, é progressivamente fechada pela sociedade tecnológica avançada. E com seu fechamento, a Grande Recusa é, por sua vez, recusada; a “outra dimensão” é absorvida pelo estado de coisas predominante. As obras de alienação são elas próprias incorporadas nessa sociedade e circulam como parte integrante do equipamento que adorna e psicanalisa o estado de coisas vigente. Assim tornam-se comerciais: vendem, confortam ou excitam.<sup>62</sup>

A passividade com que os indivíduos vivem nas sociedades tecnológicas agrava sua situação alienada. Atuais se tornam as palavras de Rousseau quando diz que:

Os escravos tudo perdem sob seus grilhões, até o desejo de libertar-se deles; amam a servidão como os companheiros de Ulisses amavam o próprio embrutecimento. Se há, pois, escravos por natureza, é porque houve escravos contra a natureza. A força fez os primeiros escravos, sua covardia os perpetuou.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 91.

<sup>63</sup> ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social*, p. 11.

O aparato tecnológico permeia todas as instituições da sociedade tecnológica. Todos os órgãos, sejam públicos ou privados, estão prostrados às diretrizes de uma racionalidade destrutiva e totalizante, que visa à produtividade e ao domínio cada vez maior da natureza. Os indivíduos estão desconectados do poder e, conseqüentemente, impossibilitados de promover mudanças significativas na sociedade. Estão fadados a ser objetos de administração. As necessidades são moldadas externamente e introjetadas como pertinentes aos indivíduos. Da mesma forma, o comportamento exigido pelo aparato é estabelecido socialmente e reproduzido com espontaneidade pelo sujeito. E conforme ocorre o desenvolvimento tecnológico, a supressão da cultura, a racionalização se dá por formas mais sutis, incorporadas aos princípios democráticos tão encampados nos dias atuais.

A racionalidade tecnológica se entranha na condução dos assuntos públicos e estes passam a ser guiados por ela.

Sua dominação aparece como a da racionalidade produtiva e tecnológica. Como tal, a dominação é aceita e defendida, e os homens fazem dela sua própria causa. O resultado é um estado de dependência universal, mútua, que obscurece a hierarquia efetiva. Por trás do véu da racionalidade tecnológica aceita-se a heteronomia universal sob a forma de liberdades e confortos, como os oferecidos pela “sociedade afluyente”.<sup>64</sup>

Na ordem tecnológica das sociedades industriais avançadas, o aparato e sua capacidade produtiva se tornaram a legitimidade política e econômica, pois estão intimamente ligados à reprodução e estruturação da racionalidade que estipula as diretrizes que a civilização encampa. Tal legitimidade se concretiza mediante a introjeção da cultura e suas categorias numa ordem racionalmente estabelecida e totalitária que subjuga a natureza e os homens aos princípios quantitativos da ciência positiva. A busca pelo progresso técnico de forma incessante culmina nesta alienação “sutil” em que o comando emana dos detentores do aparato.

Podemos considerar a ciência como uma ferramenta, e sua aplicação se destina a qualquer fim, bastando apenas ter o conhecimento para operá-la. Ora, se a ciência possui este caráter operacional, a questão se desloca para quem a manipula e domina. Vemos os critérios dominantes do desenvolvimento científico e tecnológico, em que a

---

<sup>64</sup> MARCUSE, Herbert. Comentários para uma redefinição da cultura, p. 85.

natureza é palco de experimentos infinitos e os recursos servem para a exploração sem limites. O resultado é uma civilização totalitária que estabelece suas normas sociais espelhada na forma com a qual domina e explora os homens e a natureza.

Entretanto, a ciência concebeu um nível de conhecimento tal, que propiciou um alto grau de produtividade e automação das bases operacionais industriais. Isto possibilitou um alívio na aplicação da força humana na produção, liberando o homem para outras aplicações no meio produtivo. O *quantum* evolutivo, em que a ciência e a indústria estão, comporta uma libertação total da civilização. Para tanto, necessita-se, antes, da libertação da ciência dos dominadores de sua potencialidade. Esta libertação promoveria uma revolução nas bases operacionais da sociedade tecnológica, resgatando-a de um universo unidimensional para outro distinto, cujo princípio ordenador não mais seria o quantitativo, mas sim o qualitativo, próprio do mundo da cultura “superior”.

Estaria no campo da imaginação, uma espécie de fusão da sensibilidade e da razão, o deslocamento de toda força contida nos ditames de sociedades *unidimensionais*. Esta força seria responsável pela revolução das bases repressoras sob as quais as sociedades ordenadas pela razão totalizante se sustentam. Seria uma reconstrução da realidade com uma nova concepção científica. Uma ciência desprovida de um propósito mercantilista e repressor. Assim estabelece Marcuse em seu ensaio sobre a libertação:

A imaginação, unificando sensibilidade e razão, torna-se "produtiva" quando se torna prática: é uma força orientadora na reconstrução da realidade: uma reconstrução com a ajuda de uma *gaya scienza*, uma ciência e tecnologia dispensada de seu serviço à exploração e à destruição e, portanto, livres para as exigências libertadoras da imaginação. A transformação racional do mundo poderia então levar a uma realidade formada pela sensibilidade estética do homem. Tal mundo poderia (e num sentido literal) incorporar, encarnar, as faculdades e os desejos humanos de tal forma que eles aparecessem como parte do determinismo objetivo da natureza: coincidência de causalidade através da natureza e causalidade através da liberdade.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> MARCUSE, Herbert. *Un ensayo sobre la liberación*, p. 37. La imaginación, unificando sensibilidad y razón, se hace “productiva” conforme se hace práctica: es una fuerza orientadora en la reconstrucción de la realidad: una reconstrucción con ayuda de una *gaya scienza*, una ciencia y una tecnología relevadas de su servicio a la exploración y la destrucción y, así, libres para las exigencias libertadoras de la imaginación. La transformación racional del mundo podría llevar entonces a una realidad formada por la sensibilidad estética del hombre. Tal mundo podría (y en un sentido literal) encarnar, incorporar, las facultades y deseos humanos hasta tal grado que aparecieran como parte del determinismo objetivo de la naturaleza: coincidencia de la causalidad a través de la naturaleza, y la causalidad a través de la libertad.

Esta transformação não partiria de um fator externo que manteria as bases que apoiam o desenvolvimento tecnológico, mas sim de um verdadeiro impacto na dinâmica interna do método científico que sustenta a dominação humana e natural. Isto traria à tona a humanização da civilização, uma vez que a ciência estaria livre da finalidade operacionalista e totalizante da sociedade unidimensional. Numa sociedade fundada em fins humanísticos, a orientação progressista da ciência atual seria contraditória, seria necessário um novo padrão de concepção científica, o surgimento de outros objetivos cuja legitimidade esteja ancorada no desenvolvimento qualitativo da sociedade e da humanidade.

Para tal empreendimento urge a necessidade de se compreender que, para além da proposta unidimensional, existe o mundo da cultura não científica. Um mundo estritamente relacionado à satisfação de necessidades primárias do ser humano, em que a objetividade converge para fins qualitativos e exclusivamente ao sujeito humano.

A união ou a reunificação da cultura científica e não-científica pode ser uma condição do progresso para além da sociedade da mobilização total e da defesa ou intimidação permanentes, mas tal progresso não se pode obter nos marcos da cultura estabelecida de defesa e intimidação, tão eficazmente apoiada pela ciência. Para realizar esse progresso, a ciência precisa libertar-se da dialética fatal do senhor e escravo, que transforma a subjugação da natureza em instrumento de exploração e na técnica de sua perpetuação em formas “superiores”. Antes dessa libertação da ciência, a cultura não-científica conserva a ideia dos fins que a ciência por si mesma não pode definir, a saber, a ideia de humanidade.<sup>66</sup>

#### B) Manutenção e intensificação da alienação do indivíduo.

Marcuse recorre à teoria freudiana para determinar os fundamentos da alienação psíquica dos homens na sociedade industrial avançada. A categoria *alienação* necessitou de adaptações desde sua discussão por Marx, visto que a dinâmica social, bem como os modos de dominação se modificaram. No primeiro momento, ao iniciar a marcha industrial, a dominação social ocorrera de forma bruta e as mazelas sociais eram

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 94.

mais visíveis. Nos dias atuais, tal alienação se estabelece sob formas mais suaves e, portanto, necessita de definições mais sofisticadas.

A alienação hoje se dá, primordialmente, pela psique, uma vez que os meios produtivos estão amplamente desenvolvidos, tendo por referência a era do século XIX. O advento da automação industrial, reflexo do desenvolvimento técnico, tende ao “alívio” do tempo necessário para a produção e com isso acaba por promover a possibilidade do aproveitamento do tempo livre dos sujeitos para atividades voltadas à pessoa. Isto, sem contar com os avanços oriundos das políticas sociais e das garantias fundamentais no campo do direito alcançadas mediante embates, digamos, nada suaves entre os detentores dos meios de produção e o proletariado. As condições dos operários no início da Revolução Industrial são relatadas por Marx em sua obra maior, *O Capital* – obra fundamental para se estabelecer um juízo acerca do cenário real da época. Tratava-se de um verdadeiro calabouço, em que os trabalhadores estavam condenados a situações de trabalho sub-humanas. Havia mortes, amputações e outras atrocidades. As máquinas não paravam e as mutilações eram constantes. O trabalho infantil se fazia presente e em condições deploráveis. Nada o capitalismo poupava em sua ânsia pela subtração de mais-valia. Nas linhas redigidas por Marx, temos:

A metade dos trabalhadores são crianças menores de 13 e de jovens menores de 18 anos. Em virtude de sua insalubridade e repugnância, a manufatura é tão mal-afamada que apenas a parte mais miserável da classe trabalhadora, como viúvas semifamélicas etc., entregam seus filhos a essas fábricas...A jornada de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno e horários irregulares de refeições, normalmente realizadas no próprio local de trabalho, empestado por fósforo. Nessa manufatura, Dante veria superadas suas fantasias mais cruéis sobre o inferno.<sup>67</sup>

Nas sociedades de capitalistas avançadas já não há a mesma mazela. Podemos dizer que o açoite deixou de castigar a carne e passou a afligir a alma. Os modos de agrilhoar a classe operária se dão de formas mais sutis; entretanto, não menos nefastas. Marcuse advoga a ideia de que, nas condições presentes em sociedades tecnologia avançada, os parâmetros adotados para o estabelecimento das amarras aos indivíduos estão na esfera do consumo e nas satisfações das necessidades denominadas falsas.

Nesta sociedade, a produção incessante de mercadorias está aliada à produção de necessidades (que são, portanto, “falsas” necessidades,

---

<sup>67</sup> MARX, Karl. *O Capital*, p. 320.

pois não pertencem ao próprio indivíduo, mas à manutenção de um determinado modo de produção): assim, estabelece-se um “círculo de coesão progressiva”, através da produção de mercadorias que não possuem, em si mesmas, um valor de uso real, mas ilusório, pois não correspondem às necessidades efetivas dos indivíduos (e sim às necessidades produzidas).<sup>68</sup>

Entende-se como aquelas necessidades mediadas pelo sistema e que engedram um ciclo vicioso em que tais necessidades são inculcadas na sociedade com o fim de animar o aparato e prover os mecanismos que estabelecem e legitimam a racionalidade totalizante. Leis da produção em massa.

O comportamento humano se reveste da racionalidade do processo da máquina, e esta racionalidade tem um conteúdo social definido. O processo da máquina opera de acordo com as leis da ciência física, mas da mesma forma opera com as leis da produção em massa. A eficácia em termos de razão tecnológica é, ao mesmo tempo, eficácia em termos de eficiência lucrativa, e a racionalização é, ao mesmo tempo, padronização e concentração monopolistas.<sup>69</sup>

Não devemos nos deixar conduzir por caminhos simplórios ao acreditar que o desenvolvimento tecnológico por si só seria capaz de promover a ruptura ou mesmo o deslocamento do tempo disponível para uma finalidade distinta do sacrifício e do labor. A racionalidade dominante atua de forma a anular o livre desenvolvimento da ciência, definindo finalidades estritamente ligadas ao *status quo* social que visa à manutenção do aparato técnico bem como à condição de administração total da civilização.

O desenvolvimento científico desloca a civilização a um patamar superior ao qual se iniciou, num olhar sobre a produtividade. Tal desenvolvimento propicia o aprimoramento dos processos da automação mecanizada cujo o resultado é a produção crescente. Entretanto, este “melhoramento” é pontual e não traduz a verdadeira necessidade dos indivíduos – necessidades entendidas como reais ou de primeira ordem, que visam suprir as demandas vitais e não do consumo alienado. O progresso técnico, ajustado à ordem vigente em sociedades tecnológicas, conduz a um desenvolvimento viciado e ao estabelecimento da administração total e alienante.

O que se estabelece é um progresso quantitativo, em que os fins a ele vinculados estão comprometidos com a ordem efetiva das coisas e caminham em sincronia com os

---

<sup>68</sup> PISANI, Marília. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse: uma polêmica, p. 57.

<sup>69</sup> MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 81.

interesses privados daqueles que detêm o controle sobre o aparato assim como a organização das diretrizes da civilização. Ao falar em progresso necessitamos verificar o entendimento de Marcuse acerca desta categoria, visto que ele estabelece um recorte histórico visando a uma definição do termo. No que concerne ao século XVIII, o progresso está associado ao desenvolvimento humanitário; nestes termos, vislumbra-se o desenvolvimento técnico alinhado ao desenvolvimento dos indivíduos, ou seja, *qualitativamente*. Tal definição se estabeleceu até o advento da Revolução Francesa.

Assim sendo, o que se verificou no conceito de progresso naquele período foi uma ligação entre o *quantitativo* e o *qualitativo*, pois o desenvolvimento técnico ou científico condicionava o desenvolvimento humanitário. Por sua vez, no século XIX surge o entendimento de que o progresso deve estar desconectado dos valores. Tal definição está diretamente ligada ao método das ciências naturais, cujo rigor exige o distanciamento efetivo de todo e qualquer tipo de pessoalidade ou mesmo pré-noções acerca do objeto analisado. Dá-se aí a separação entre os desenvolvimentos *quantitativo* e *qualitativo*. E não apenas isto, mas o deslocamento do princípio qualitativo a uma dimensão cada vez mais utópica à medida que a ciência mais se racionaliza. A busca incessante pelo domínio do meio natural pela ciência ordenada por fins totalitários resulta no afastamento da humanização e na intensificação da instrumentalização desta. O resultado se mostra numa sociedade administrada pela ordem tecnológica e por um aparato técnico que visa à produtividade em escala ascendente.

O mais alto valor desta civilização é a *produtividade* baseada no *quantum* de mercadorias socialmente produzidas assim como no *quantum* de dominação da natureza.

O progresso técnico, que se proclama isento de qualquer valor, tem, na verdade, um valor imanente: a produtividade. Elevada a ideal máximo do princípio de realidade, ela se torna responsável pela existência de inúmeras mercadorias, para as quais nem sequer conseguimos imaginar qualquer sentido ou necessidade, a não ser que a publicidade consiga inculcar nos indivíduos um valor de uso que a rigor essas mercadorias não possuem. Produz-se cada vez mais sem motivos aparentes, só para incrementar a produção e fazer circular o capital. Por isso, a produtividade passa a constituir um fim em si mesmo e sobrevive pela constante criação de necessidades, que no fundo são meramente as do capital, mas que são transformadas em necessidades individuais.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> SILVA, Rafael C. Tecnologia e Progresso: Dois Pontos de Vista da Teoria Crítica, p. 64.

Nesta mesma concepção crítica, temos Mészáros:

As perspectivas da emancipação humana são inseparáveis do avanço – historicamente viável – da produtividade. Isto não é apenas uma questão de aumento *quantitativo* do volume de bens à disposição de uma sociedade particular, medida em uma base *per capita*. Várias considerações *qualitativas* são muito mais importantes na conceituação do papel das realizações produtivas no curso do desenvolvimento histórico do que a expansão quantitativa do fluxo produtivo.<sup>71</sup>

O que se evidencia é o fechamento do ciclo e a estabilização do processo no sentido de ser um fim em si mesmo. A questão do desenvolvimento tecnológico na sociedade industrial torna-se *total*. Ao se buscar uma constante “evolução” na base tecnológica, a racionalidade que orienta a civilização se legitima sob o discurso da produtividade do aparato. Isto se concretiza, uma vez que a civilização e, conseqüentemente, os indivíduos tomam para si tal discurso. Pois a produtividade em alta escala promove o acesso às mercadorias produzidas pelo aparato e, associado a isto, ao conforto de uma vida baseada no consumo e satisfação de necessidades condicionadas pelo sistema. Com o progresso técnico, a racionalidade tecnológica se enraíza e se estabelece pelos mais profundos redutos sociais. A produtividade se torna um fim e a conquista de cifras cada vez mais pomposas de produção de mercadorias se torna reflexo de uma política, em que os frutos do desenvolvimento e progresso são gozados por toda a civilização.

Nestes termos, o que se vislumbra é uma corrida destrutiva do sistema, uma vez que a intensificação da produtividade é orientada ao atendimento mediado de necessidades falsas. E sendo esta uma condição para o avanço do aparato, o colapso é anunciado. É preciso rever a relação que orienta a produção e reverter a primazia do *quantitativo* em face do *qualitativo*. O desenvolvimento tecnológico e a capacidade produtiva são condições estruturantes para se pensar em uma sociedade igualitária e livre de repressões. Entretanto, os limites materiais são presentes e o clamor dos recursos naturais estão por toda parte do globo. Enquanto a marcha pelo quantitativo prevalecer, os riscos sociais caminham para o seu agravamento. É preciso uma inversão dos valores inculcados na sociedade para que a lógica totalitária da racionalidade tecnológica seja revertida e a consciência seja resgatada.

---

<sup>71</sup> MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*, p. 614.

O qualitativo, idealizado frente ao quantitativo concretizado, não oferece ameaça numa civilização orientada por uma administração totalitária e unidimensional, em que a ciência se rebaixou a uma condição de mero instrumento que não exprime os valores humanitários e legítimos de uma sociedade de fato livre e justa. A autonomia dos sujeitos está sob o jugo de uma sociedade que estabelece e manipula as necessidades sociais. Existe uma liberdade de escolha e um portfólio de opções para as pessoas em sociedades de capitalismo avançado. Entretanto, tais escolhas não ultrapassam as margens do contexto social que as contém. Noutros termos, verifica-se nestas sociedades uma gama incontável de “facilidades” que promovem a vida em sociedade. Contudo, estas facilidades servem aos senhores do aparato e, na realidade, consolidam e reforçam as amarras que fixam os sujeitos à condição de “autômatos” ou estruturas ressonantes da ordem social vigente.

Podemos então constatar que a produtividade está intimamente ligada ao progresso e, conforme assinalamos, esta dinâmica na civilização promove a alienação do indivíduo visto que este é ajustado aos ditames do aparato. Progresso e produtividade estão associados ao princípio racional de uma ciência que rompe com os valores qualitativos concernentes ao desenvolvimento humanitário. Esta associação desenvolve-se mediante a rigidez dos métodos cartesianos que regem a ciência moderna e que enaltecem o concreto, o quantificável relegando o abstrato à categoria da especulação, ao reino da fantasia. Daí resulta o estabelecimento do *trabalho* como socialmente necessário, distanciando-se da qualidade de ser individualmente satisfatório. Instaure-se um abismo entre necessidade social e necessidade individual em sociedades industriais. O *trabalho alienado*, fruto da dinâmica social totalitária, instaura uma barreira para o desenvolvimento das potencialidades humanas, mediando as necessidades dos indivíduos no sentido de mantê-los em consonância à ordem tecnológica.

### C) Consumo e psique.

Conforme indicamos anteriormente, Marcuse recorre à psicanálise freudiana para estabelecer os devidos contornos acerca da categoria *alienação* visto que esta, no

desenvolver das forças produtivas assim como da tecnologia, requereu ajustes no que tange à conceituação. Isto pelo fato de que, com o desenvolver tecnológico e científico, as bases de exploração e alienação dos indivíduos sofreram mudanças substanciais. Isto em suas formas; entretanto, na essência, prevalece a denúncia marxiana. As amarras que fixam os indivíduos sob a racionalidade tecnológica são determinadas mais pela via da psique, diferentemente do início da marcha industrial em que os grilhões possuíam contornos visíveis e palpáveis.

Tais indicações corroboram a ideia de que o princípio que estabelece a alienação dos homens em sociedades tecnológicas está menos assentado no concreto, antes disto, está intimamente conectado ao espírito dos homens. Para dar sustentação teórica aos impactos psicológicos ocorridos nos indivíduos em sociedade, Marcuse se apoia nos estudos metapsicanalíticos de Freud. O filósofo encontrará sustentação para sua crítica social ao lançar mão de conceitos como repressão, sublimação das pulsões eróticas, princípio de prazer e princípio de realidade – todas recorrentes da teoria freudiana.

De início, precisamos evidenciar um limite que Marcuse indica na psicanálise de Freud, a saber, a afirmação de que sem um princípio repressivo que oriente as pulsões, os seres humanos estariam dispostos numa condição animalesca. Marcuse introduz os conceitos freudianos em sua crítica social, apontando condições otimistas acerca de uma superação do contexto repressivo e alienante das sociedades *unidimensionais*. A civilização é reflexo de repressão, contenção do princípio de prazer que é deslocado para atividades exteriores e desprazerosas mas que, entretanto, promovem a civilização, bem como a cultura. Sem os devidos limites ao princípio de prazer, na leitura freudiana, não se pode conceber uma civilização que garanta um mínimo de satisfação e segurança de vida. Para que a civilização se estabeleça, há a necessidade de que o princípio de prazer seja substituído por um outro que coincida com as regras que a civilização exige, ou seja, o princípio de realidade.

Existe uma necessidade social de se reprimir as pulsões de vida, numa leitura estrita de Freud, visto que, para o psicanalista:

A liberdade individual não é um bem cultural. Ela era maior antes de qualquer civilização, mas geralmente era sem valor, porque o indivíduo mal tinha condição de defendê-la. Graças à evolução cultural, ela experimenta restrições, e a justiça pede que ninguém escape a elas. Aquilo que numa comunidade humana se faz sentir como impulso à liberdade pode ser revolta contra uma injustiça

presente, e assim tornar-se próprio a uma maior evolução cultural, permanecendo compatível com a civilização.<sup>72</sup>

Freud admite que a sociedade civilizada, ao interferir no campo da sexualidade dos indivíduos, comete um “sacrilégio” e não poderia fazê-lo por completo. Esta mesma sociedade opressora se viu obrigada a negligenciar “certas transgressões” de ordem sexual que deveria reprimir e punir. Normalmente estas transgressões refletem um contra ataque à ofensiva social a este campo da individualidade tão enraizado com a animalidade. Na literatura, o maior expoente destas transgressões e feroz crítico da ordem social dominante é Domatien Alphonse-François, o marquês de Sade (1740-1814). Os valores bradados por Sade são revestidos do vigor e plenitude dos “Fortes”. A libertinagem é a liberdade daqueles que não se deixaram oprimir pela ordem vigente e suas falácias: religião, valores, educação, virtudes, compaixão, castidade, família e outros mais. A obra de Sade é uma *ode* ao prazer, um encorajamento para aniquilar tudo o que se institui com vistas a impedir a *felicidade* do indivíduo.

A luta entre as virtudes e os vícios é retratada com maior dedicação pelo marquês em sua obra *Os infortúnios da virtude*. Ali, Sade demonstra, na pele de duas irmãs, Justine e Juliette, toda sorte reservada àqueles que optam por um dos dois caminhos. Justine representa a virtude e os pilares morais da sociedade burguesa. Já Juliette é a encarnação dos vícios e toda ordem de excessos que o crime pode comportar. Justine, fiel às suas convicções morais, perece diante de um mundo hostil. Já Juliette, que envereda pelos caminhos dos fortes e contrários aos padrões estabelecidos, vive uma vida confortável e próspera. Recortamos um pequeno discurso deste texto:

- Aprende, pequena noviça, que o Céu é a coisa que menos nos interessa no mundo; quer te agrade ou não o que fazemos sobre a terra, isto é a coisa que menos nos inquieta; muito certos de seu precário poder sobre os homens, nós o afrontamos diariamente sem estremecer e nossas paixões só têm verdadeiro charme quando mais transgridem suas intenções ou ao menos as que os idiotas nos asseguram que o são, mas que não passam, no fundo, do grilhão ilusório cuja impostura quis subjugar o mais forte.<sup>73</sup>

No excurso II da *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer apresentam:

---

<sup>72</sup> FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*, p. 41.

<sup>73</sup> SADE, Marquês de. *Os infortúnios da virtude*, p. 35.

Justine, a boa entre as duas irmãs, é a mártir da lei moral. Juliette, porém, tira as consequências que a burguesia queria evitar: ela amaldiçoa o catolicismo, no qual vê a mitologia mais recente e, com ele, a civilização em geral. As energias ligadas ao sacramento são redirecionadas para o sacrilégio. Essa inversão, porém, é transferida pura e simplesmente à comunidade.<sup>74</sup>

Retomando o raciocínio de Marcuse, temos que sociedades tecnológicas necessitam do estabelecimento dos obstáculos impostos às pulsões sexuais para que os indivíduos canalizem tais potencialidades para o trabalho alienado. Seria desta forma que o aparato institui e reproduz a realidade social vigente em sociedades administradas totalitariamente. Tal lógica se manifesta em amplos setores da vida em sociedade, desde o mais íntimo reduto da vida individual até nos poderes institucionais que regem o Estado. Na leitura freudiana de Marcuse temos:

Segundo Freud, a história do homem é a história da sua repressão. A cultura coage tanto a sua existência social como a biológica, não só partes do ser humano, mas também sua própria estrutura instintiva. Contudo, essa coação é a própria precondição de progresso. Se tivessem liberdade de perseguir seus objetivos naturais, os instintos básicos do homem seriam incompatíveis com toda a associação e preservação duradoura: destruiriam até aquilo a que se unem ou em que se conjugam.<sup>75</sup>

Os reflexos da repressão do princípio de prazer podem ser descritos, grosso modo, como a transposição de forças pulsionais originárias do organismo humano para uma dimensão controlada que se destina ao progresso contínuo da civilização e cultura. Portanto:

A transformação repressiva da estrutura psíquica primitiva constitui a base psicológica individual do trabalho e do progresso da civilização, na medida em que os próprios indivíduos são afetados por ela. Dessa transformação não resulta apenas a conversão do organismo em instrumento de trabalho desprazeroso, mas sobretudo a desvalorização da felicidade e do prazer como fins em si, a subordinação da felicidade e da satisfação à produtividade social, sem a qual não existe nenhum progresso cultural.<sup>76</sup>

As bases sobre as quais se desenvolve a civilização e a cultura na leitura psicanalítica de Marcuse seriam a contenção social dos prazeres e a condição individual da busca pela satisfação destes prazeres socialmente alterados. A repressão do princípio

---

<sup>74</sup> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. *Dialética do esclarecimento*, p. 92.

<sup>75</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*, p. 27.

<sup>76</sup> MARCUSE, Herbert. *A noção de progresso à luz da psicanálise*, p. 109.

de prazer e sua subordinação ao princípio da realidade promovem o progresso e a cultura. Isto pelo fato de o progresso cultural ser reproduzido pelos próprios indivíduos. Se há a necessidade de se reprimir as forças originárias para se liberar outras necessárias ao desenvolvimento da civilização, isso se faz por meio da transformação daquilo que é inerente à satisfação humana por outro que seja coletivamente aceitável. Também será mediante a contenção que ocorrerá o fluxo contínuo de progresso que rege as civilizações unidimensionais. O terreno está preparado para ser semeado com uma dinâmica antagônica, cuja orientação está voltada para privação do indivíduo aos frutos de seu trabalho.

No contexto da civilização, o princípio de realidade estabelece um desvio da libido de seus fins, cuja orientação passa a ser a canalização do prazer para uma dimensão “calculada” sob normas da racionalidade tecnológica. A isto podemos sintetizar como o desvio do pulsional para a produtividade social. Tendo por objetivo o contínuo progresso, tal desvio é responsável pelo acúmulo de energia destinada ao trabalho *alienado* e com isso impulsiona a civilização a patamares superiores em relação ao ponto imediatamente anterior. Os homens já não podem conceber uma vida para além do trabalho alienado, assim como não conseguem gozar uma plena satisfação, uma vez que são reféns de uma ordem social opressora e de um padrão de consumo estranho aos essenciais à manutenção da vida.

Marcuse determina esta estrutura psíquica recorrente em sociedades industriais avançadas de *círculo vicioso do progresso* visto ser este uma condição cíclica de repressão e mais-repressão que acaba por se tornar o motor de um progresso contínuo e fadado a um *telos* inalcançável. Pois nesta conjuntura:

A crescente produtividade do trabalho social permanece vinculada a uma crescente repressão que, por sua vez, contribui para o aumento da produtividade. Ou ainda: o progresso deve continuamente negar-se a si mesmo para poder continuar sendo progresso. As inclinações dos homens devem ser continuamente sacrificadas à razão, a felicidade à liberdade transcendental para que os homens, por meio da promessa da felicidade, sejam mantidos no trabalho alienado, permaneçam produtivos, se proibam fruir plenamente de sua produtividade e perpetuem assim a própria produtividade.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> Ibid., p. 112.

O incentivo para o trabalho desprazeroso se dá pela promessa social da satisfação das necessidades criadas pela sociedade industrial avançada e seu aparato tecnológico. Ao deslocar as energias pulsionais dos indivíduos para fins civilizatórios e progressistas, a sociedade inverte os valores que determinam a vida humana. De uma categoria individual e simples, o sujeito passa a incorporar uma série de valores socialmente úteis e coletivamente necessários. Tais valores são condensados na estrutura do trabalho que expressa toda magnitude da ordem social tecnológica. Repressão e trabalho alienado são expressões máximas em sociedades em que a razão totalizadora impera.

O produto do trabalho e o contínuo progresso técnico, ao contrário do que se espera, promovem mais repressão e maior privação social. O combustível que alimenta o desenvolvimento social em tal ordem é a contenção, a alienação contínua. Desta forma, os sujeitos são relegados ao consumo desenfreado que apenas os aprisiona ao aparato. Assim sendo, não necessariamente se cumpre a função essencial que seria a plenitude de satisfação. Noutros termos, o produto do trabalho social está disponível para o alcance dos indivíduos. Porém, as benesses do aparato não cumprem o papel fundamental que se perdeu com a alienação, ou seja, a identificação, a finalidade primordial que é a satisfação das necessidades humanas, de ordem qualitativa, o que Marx categorizou como *valores de uso*.

Este modelo de dominação repressiva da civilização, cujos pilares estão na ordem espiritual e manifestam-se na ordem material, possui uma característica importante, que é a orientação à *acumulação*. Evidentemente isto se dá pelo motivo da organização racional da sociedade. Se a força motriz é a *acumulação*, se o produto, em sua essência, já se encontra alheio ao produtor e se este já não se identifica com os valores humanitários e por outro lado, a frustração se converte em mais progresso e mais produtividade, a figura do excedente se faz importante. Isto por conta da lógica consumista da *sociedade unidimensional*, que contém o desenvolvimento da autonomia do sujeito mediante o consumo e a ideologia racionalizante de progresso.

À medida que o progresso social se intensifica, podemos associar que o nível de produção segue em razão proporcional. E se a condição essencial que permite tal progresso é a repressão das satisfações plenas e toda a energia se canaliza para o trabalho e para o progresso e produtividade, este chegará a um nível que colocará em

xeque a própria negação. O progresso técnico imprime uma auto “suficiência” ao aparato produtivo deslocando assim a força humana para outros domínios que não o labor. O desenvolvimento técnico da sociedade industrial carrega consigo as condições para a sua própria negação, na medida em que ele torna obsoleta a necessidade de reprimir as forças pulsionais. O acúmulo social, reflexo do princípio de realidade, aponta para sua superação. Isto se torna fato à medida que o progresso técnico se consolida, pois a constante mecanização e conseqüentemente a automatização dos processos produtivos culminam no deslocamento da exigência da utilização das forças pulsionais nestes processos, liberando-as para retornarem aos seus princípios originais.

Encontramos, nos escritos de Marcuse, uma teoria não apenas interpretativa, mas encampada com um compromisso de denúncia, bem como revolucionária em sua essência. Isto se faz sentir ao fazermos um paralelo com o período em que suas teorias eclodiram, nos países centrais, com os dias atuais em que verificamos o desenvolvimento industrial em escala gigantesca, associado a crises estruturais do sistema capitalista de produção.

Em *O homem unidimensional* são indicadas as fissuras do sistema, sendo elas de ordem interna e externa. Internamente temos o desenvolvimento contínuo da tecnologia, personificado na automação do aparato. Em sociedades industriais avançadas, o fator que consolida a coesão social repousa na disseminação do medo. A relação é diretamente proporcional ao nível de desenvolvimento tecnológico. Conforme o alcance do estilo de vida, confortável e consumista, propiciado pela produtividade automatizada, a propagação da ameaça a este estilo de vida é estabelecido. Existe um elo entre o Estado do Bem-Estar e o Estado Beligerante e tal proximidade é duramente criticada por Marcuse. Assim sendo:

As instituições livres competem com as autoritárias, para fazer do inimigo uma força mortal *dentro* do sistema. E essa força mortal estimula o crescimento e o empreendedorismo, não em virtude da magnitude e do impacto econômico do “setor” da defesa, mas em virtude do fato de que a sociedade como um todo se torna uma sociedade de defesa. Pois o Inimigo é permanente. Ele não está no estado de emergência, mas no estado normal das coisas. Ele ameaça tanto na paz quanto na guerra (e talvez mais do que na guerra); assim ele está sendo incorporado ao sistema como uma força de coesão.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 80.

Entretanto, o desenvolvimento técnico das sociedades conserva a qualidade de propiciar a libertação dos sujeitos do trabalho alienado, fato de a automação ampliar o tempo livre dos trabalhadores. Isto não significa que o desenvolvimento tecnológico, por si só, será responsável pela ruptura com o padrão totalizante das sociedades industriais. A transformação do *status quo* social, assim como a passagem do quantitativo para o qualitativo, somente se consumará quando houver a libertação efetiva dos indivíduos numa mudança de amplitude na sociedade. O que se verifica é uma ruptura com o padrão totalizante que enclausura a ciência a mero instrumento voltado à satisfação daqueles que detêm o controle do aparato. A ciência necessita, para que o caminho de mudanças seja trilhado, se desvincular de fatores exteriores, tais como política agressiva e a economia baseada no trabalho alienado, que determinam sua aplicabilidade. Somente daí, poderá ser considerada como o que de fato deveria ser: ciência “crítica”. De acordo com Pisani, verificamos que:

A “consciência livre” das imposições do controle e da racionalidade agressiva promoveria o desenvolvimento de uma ciência e de uma tecnologia livres para a proteção da vida, para a realização das potencialidades dos homens e das coisas. Uma “nova sensibilidade” e uma nova “inteligência científica dessublimada” se combinariam na criação de um ethos estético que se torna o denominador comum entre a estética e a política.<sup>79</sup>

O fator externo, que representa um ponto de ruptura e questionamento à racionalidade tecnológica, repousa nas margens do sistema. Trata-se de uma observação muito pertinente de Marcuse, pois, no interior da sociedade unidimensional, os sujeitos estão alienados pelo modo de vida confortável que o aparato dispõe. Portanto, não seria menos apropriado indicar que, nas minorias sociais de todas as ordens (étnicas, gênero, religiosas e imigrantes), repousa o estopim revolucionário necessário para a transformação social. Isto se dá pelo fato de as sociedades industriais avançadas deturparem o caráter antagônico das classes sociais mediante a abertura ao consumo. Pois:

a unificação de opostos no *médium* da racionalidade tecnológica deve ser, *em toda a sua realidade*, uma unificação ilusória, que não elimina nem a contradição entre a produtividade crescente e seu uso repressivo, nem a necessidade vital para solucionar a contradição.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup>PISANI, Marília Mello. *Técnica, ciência e neutralidade no pensamento de Herbert Marcuse*, p. 222.

<sup>80</sup> MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*, p. 240.

A ilusão de equilíbrio e neutralização dos entes antagônicos (classes sociais), promovida pela sociedade unidimensional, compromete o questionamento social e a superação da ordem vigente. O sujeito histórico assumiu uma nova roupagem, mas:

a luta pela solução ultrapassou as formas tradicionais. As tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornaram ineficazes os modos e meios tradicionais de protesto – talvez os tornem até mesmo perigosos, porque preservam a ilusão de soberania popular. Essa ilusão contém alguma verdade: “o povo”, anteriormente o fermento da mudança social, “promoveu-se” para se tornar o fermento da coesão social. Aqui, mais do que na redistribuição da riqueza e da equalização de classes, está a nova estratificação característica da sociedade industrial avançada.

Entretanto, debaixo da base popular conservadora está o substrato dos proscritos e marginalizados, os explorados e perseguidos de outras raças e outras cores, o empregado e o não-empregável. Eles existem fora do processo democrático; sua vida é a mais imediata e a mais real necessidade pelo fim das condições e instituições intoleráveis. Assim sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não seja. Sua oposição atinge o sistema de fora pra dentro e, portanto, não é bloqueada pelo sistema; é uma força elementar que viola as regras do jogo e, ao fazer isso, revela-o como um jogo viciado.<sup>81</sup>

Nestes termos, a teoria crítica de Marcuse nos indica a possibilidade de ruptura com a racionalidade tecnológica, a libertação dos indivíduos da alienação e o estabelecimento de sua autonomia. Para tanto, há a necessidade de uma verdadeira inversão dos valores sociais. Pois:

A diferença qualitativa da nova etapa da nova sociedade deveria ser vista não na satisfação das necessidades vitais e espirituais (que, evidentemente, continuam sendo a base de todo desenvolvimento), e sim no aparecimento de satisfação de *novas* necessidades, reprimidas na sociedade antagônica. Tais necessidades novas encontrariam sua expressão em uma relação radicalmente modificada entre os homens e em um meio ambiente social e natural radicalmente distinto: solidariedade ao invés de repressão; desaparecimento da brutalidade, da vulgaridade e de sua linguagem; a paz como situação duradoura.<sup>82</sup>

E isto somente será possível com o resgate da consciência crítica dos indivíduos que, por sua vez, terão condições de questionar o rumo pelo qual a sociedade trilha. A definição dos elementos que condicionam o estabelecimento de uma nova base social também está associada a indivíduos munidos de consciência crítica, pois o princípio da ciência é melhorar a sociedade, tornando-a humanitária em *stricto sensu*.

---

<sup>81</sup> Ibid., p. 240.

<sup>82</sup> MARCUSE, Herbert. Sobre o conceito de negação na dialética, p. 164-165.

#### 4 – Considerações finais

Estão presentes, como se demonstrou, na obra marxiana os indícios para uma nova estrutura social, que repousa sobre a realidade dada. Não é estranho, pois na própria lógica dialética de Karl Marx nos é apresentada a ideia de que sobre o velho repousa o novo e é a partir daquele que se inicia uma nova era. Não poderia ser diferente no quesito de suma importância na teoria marxiana que é o desenvolvimento das forças produtivas. Como se expôs no início de nosso trabalho, Marx indica uma, de várias, contradições existentes no seio do sistema capitalista de produção. Estamos falando do desenvolvimento da maquinaria e, conseqüentemente, da automação do processo fabril.

Esta é uma condição estrutural do sistema, pois o desenvolver das técnicas do trabalho se dá conforme os passos em que o trabalhador interage com a natureza transformando-a. Enfim, o desenvolvimento técnico, que aponta para a automação da produção capitalista, é condição singular para a liberação do sujeito do trabalho árduo, regular e estranhado. Assim, o indivíduo teria condições de ocupar seu tempo em matérias cujo teor estaria voltado para a satisfação de necessidades dadas como verdadeiras.

A leitura multidisciplinar do Instituto de Pesquisa Social captou as palavras de Marx e aplicou-as aos novos patamares sociais consolidados nos dias atuais. Dos teóricos que compunham a chamada Escola de Frankfurt, Marcuse fora o que mais se ocupou com a proposta de unir teoria e práxis. E foi mediante a ótica marcuseana que traçamos estas linhas. Marcuse apresentou o desenvolvimento técnico das sociedades de capitalismo avançado sob uma crítica muito bem fundada. Nosso autor não partiu para a crítica contumaz dos meios de produção como também não foi um entusiasta míope. Ao contrário, apontou os limites que as sociedades assim compostas impõem aos sujeitos por elas escravizados. Estes estão relegados a uma condição de meros receptáculos de mercadorias que o aparato regurgita. Situação que agrava ainda mais a condição que Marcuse definiu como racional, pois qualquer ação que não esteja ajustada ao aparato social é tida como surreal. Isto, por conta das maravilhas vividas numa sociedade “plena”, em que o consumo está à altura e ao alcance total, visto ser a produção sob a

administração racionalizada o motor de uma realidade sustentada pelo consumo mediado pelos ditames do aparato social.

Acontece que as novas formas de dominação alcançam diversos setores produtivos não apenas os do chão de fábrica mas também os que ocupam cargos de diretoria e chefia. Já não temos mais aquela realidade denunciada por Marx, que o trabalhador se encontra numa situação sub-humana e ultrajante, típica de um condenado a trabalhos forçados. As formas de dominação estão mais abrangentes, menos violentas, porém não menos eficientes. Destarte, já que as formas de dominação estão reestruturadas e estão em mutação constante, urge a necessidade de se rever o conceito de revolução. Já não mais se recruta adeptos a lutar contra o sistema mediante a denúncia e exposição das chagas. Não mais se sente nos músculos o peso da dominação mas sim no espírito.

Entretanto, em meio aos mecanismos de subjugação que as sociedades totalitárias dispõem, existem possibilidades de ruptura com o *status quo*. Marcuse vislumbra, em sociedades com estas características, um desenvolvimento tecnológico significativo que se bem aplicado resultaria numa guinada nas estruturas de dominação social. Acontece que, com o desenvolvimento tecnológico, as formas de trabalho tendem a ser suavizadas. Isto pelo fato de que a aplicação da maquinaria, cada vez mais automatizada, está tomando o espaço antes ocupado pelo ser humano. Com este fenômeno em tela, Marcuse sustenta a possibilidade, apontada por Marx, de que a luta pela sobrevivência mediante o trabalho tenha se suavizado, resultado da aplicação da máquina em trabalhos braçais ou repetitivos. Nesta leitura dos meios de produção, entende-se que a maquinaria assumiu os postos de trabalho que extraíam as energias dos trabalhadores nos processos produtivos.

Tal feito traria uma espécie de libertação de tempo que outrora era aplicado ao trabalho e poderia ser direcionado para uma dimensão distinta, voltada para a satisfação das necessidades próprias dos sujeitos e não aquelas mediadas pela racionalidade socialmente imposta. Estas necessidades são categorizadas por Marcuse como *necessidades verdadeiras*. Estas necessidades transformadas somente poderiam aflorar mediante uma revolução nas consciências e uma reaplicação das tecnologias em que a finalidade da produção viesse a atender anseios autênticos dos indivíduos.

As dificuldades de uma empresa deste porte, que abarque uma revolução no ordenamento do consumo transformando o princípio *quantitativo* em *qualitativo*, não foram negligenciadas pelo autor. Pelo contrário, os estudos de Marcuse apontam para uma revisão do alcance do conceito de alienação de Marx, bem como o posicionamento do sujeito histórico e sua consciência. Entretanto, Marcuse não se entrega a um fatalismo inexorável, antes, ele propõe a possibilidade de uma sociedade equânime e livre dos mecanismos repressores que dilaceram a individualidade e a potencialidade da razão dos sujeitos. Uma vez livres destes mecanismos, os indivíduos estariam libertos para exercer sua racionalidade e com isso impulsionar a sociedade para a libertação e o aparecimento de um novo sujeito histórico. Por suas palavras:

Tal mudança qualitativa seria a transição para um estágio mais elevado de civilização se a técnica fosse projetada e utilizada para a pacificação da luta pela existência. De modo a indicar as implicações perturbadoras dessa afirmação, sugiro que tal nova direção do progresso técnico seria a catástrofe da direção estabelecida, não somente a evolução quantitativa da racionalidade predominante (científica ou tecnológica), mas sua transformação catastrófica, a emergência de uma nova ideia de Razão, teórica e prática.<sup>83</sup>

Anunciada está a possibilidade de ruptura com o padrão repressor e alienante do sistema de produção baseado no consumo. O que se vislumbra na “maravilha” tecnológica das sociedades capitalistas avançadas, nada mais é que repressão sob a roupagem de satisfação consumista. As premissas sociais de tal sistema são a dominação e o fechamento das possibilidades de ruptura com tal lógica. O *sagrado* em sociedades assim orientadas é a produtividade em escala crescente e, conseqüentemente, os níveis de efetividade repressiva sobre os indivíduos.

Existe aqui uma contradição própria do sistema que seria a contenção do *telos* social. Ora, conter o fluxo natural do desenvolvimento das forças produtivas seria uma forma de frear a história, algo não concebível aos moldes da interpretação materialista da história. Seria o estilhaçar do ciclo dialético que estabelece a história e sua evolução. Entretanto, este tema carece de outro espaço para ser melhor debatido.

Se as amarras sociais se dão na esfera abstrata dos indivíduos nas sociedades de capitalismo avançado, realidade esta oposta ao que se observou nos primórdios da industrialização, onde se presenciava o massacre humano no chão de fábrica, as

---

<sup>83</sup> MARCUSE. Herbert. *O homem unidimensional*, p. 217.

possibilidades de libertação também repousam na esfera do espírito. Marcuse se nutre da recém chegada psicanálise, cujo precursor é Sigmund Freud, para dar fôlego a sua crítica social e apresentar traços otimistas para a situação posta.

O pilar filosófico marcuseano se assenta na teoria psicanalítica uma vez que esta dá os contornos necessários para o entendimento do processo civilizatório e da formação da personalidade. Tal interesse de Marcuse pela teoria freudiana se dá, conforme assevera Silva, por três fatores: pela correção da dialética entre indivíduo e sociedade; pelo fato de que a psicanálise fora capaz de mapear os processos repressivos da existência e por último, que a teoria emancipatória da sociedade poderia ser sustentada pelos conceitos psicanalíticos.<sup>84</sup>

Reina um antagonismo no interior das sociedades industriais avançadas. Trata-se do conceito de felicidade. Para o nosso filósofo, a felicidade está diretamente relacionada às satisfações das necessidades dos indivíduos. Necessidades denominadas verdadeiras, livres das manipulações promovidas pela racionalidade tecnológica. Reina uma situação distinta desta nas sociedades observadas por Marcuse. O que se manifesta é o controle social das necessidades transformando-as em mecanismos de alienação e dominação dos indivíduos. Não se manifesta a satisfação integral das necessidades, mas sim uma verdadeira alteração delas, cuja finalidade visa ao atendimento dos anseios sociais dominantes. Desta forma se evidencia a repressão, a sublimação da felicidade.

Freud aponta, em *O mal-estar na civilização*, que o processo civilizatório se ancora sobre a repressão das pulsões dos indivíduos. Liberdade do indivíduo não condiz com os princípios sociais da cultura. Mediante a evolução cultural, a liberdade sofre as restrições e a lógica social clama para que ninguém esteja imune a tais restrições. Este sentimento é manifesto na repulsa social diante de um crime hediondo. O sentimento de injustiça entra em voga ao se deparar com eventos, tomando aqui um termo sociológico cunhado por Émile Durkheim, *anômicos*. A reprovação social é imediata, quase instantânea, ao se tomar conhecimento de um ato que afronte os princípios regulamentadores da sociedade e da cultura. Ou seja, os indivíduos estão reunidos sob o manto cultural, porém o preço pago para gozar desta benesse é a abdicação de suas liberdades, a sublimação de suas felicidades.

---

<sup>84</sup> SILVA, Rafael Cordeiro. *Civilização erótica*, p. 170.

A leitura da teoria psicanalítica de Freud feita por Marcuse vislumbra um fim menos pessimista, pois aponta para uma possibilidade de ruptura com os propósitos sociais impostos aos indivíduos mediante a administração racionalizada. É a teorização de uma sociedade não-repressiva que Marcuse aponta em sua obra *Eros e Civilização*. Nela, os indivíduos estariam libertos das regras opressoras que subjagam os instintos e alteram as necessidades. Os indivíduos estariam livres para gozar a felicidade plena, pois a satisfação das suas necessidades estaria fundada na razão. Uma civilização assim estabelecida somente poderia ser pensada sob um alto grau de desenvolvimento tecnológico, cujo resultado seria a não aplicação da força de trabalho humana na produção dos bens necessários para a manutenção da vida. Com o avançar da maquinaria e sua automação, os trabalhadores estariam dispensados do tempo de trabalho que poderá ser aplicado para a satisfação de necessidades que culminam no alcance da felicidade.

Na ótica freudiana, a liberação dos indivíduos numa sociedade não-repressora estaria fadada à barbarie, pois estariam desfeitos os laços que limitam os desejos e matêm o equilíbrio social. Já para Marcuse, numa sociedade em que a repressão estivesse abolida, a felicidade reinaria e a liberdade e satisfação seriam fatores referenciais para aferir os níveis de vida em sociedade. Uma sociedade assim ordenada teria uma nova perspectiva de vida e os princípios de realidade e prazer estariam num patamar superior se resguardando do risco de aniquilação social. Nesta linha de raciocínio estabelece Pisani que:

Na teoria freudiana as “pulsões de morte” constituem uma tendência do organismo a buscar o estado de ausência de tensão: segundo esta hipótese desenvolvida em *Para além do princípio de prazer*, na medida em que a matéria viva se originou da matéria inorgânica ela tende a retornar a esse estado. Essas pulsões se dirigem no sentido da autodestruição e destruição do meio, como um caminho mais rápido para a morte, que é o estado de ausência total de tensão e desprazer.

Já de acordo com a hipótese de uma civilização não-repressiva desenvolvida por Marcuse, numa sociedade em que a luta pela existência tenha sido praticamente eliminada (devido às conquistas do progresso técnico) e cuja organização tenha se tornado “racional” (no sentido forte do termo), a busca das pulsões pela ausência de tensão e de sofrimento deve estancar, já que essa tensão e esse sofrimento seriam eliminados. A vida estaria organizada de tal forma que as

pulsões perderiam seu “caráter regressivo” – o “princípio de Nirvana” convergiria com o “princípio de realidade” não-repressivo.<sup>85</sup>

Desta forma, constata-se uma reformulação na teoria marxiana, no que concerne à realidade dos trabalhadores e sua alienação, bem como na questão do desenvolvimento tecnológico e o posicionamento do sujeito histórico como ator revolucionário. Estas categorias sofreram ajustes significativos desde o advento da revolução industrial até os dias atuais. A teoria freudiana fora relida, não de uma maneira obtusa, mas sim ampliada. Onde se estabelecia que o destino dos indivíduos em sociedade estaria inevitavelmente apontado para uma situação repressora e de uma vida de limitações, custo a ser mantido pelo estabelecimento da cultura, Marcuse aponta para a possibilidade de ruptura de tal repressão.

Como vimos, Marcuse, munido destas leituras, aponta para uma realidade distinta. Ele vislumbra uma saída possível, sustentada pelo progresso técnico das sociedades de capitalismo avançado e pela reordenação das necessidades para uma esfera verdadeira, possibilitando a felicidade plena dos indivíduos. Isto, mediante uma transformação dos critérios quantitativos, tanto cultuados pela razão totalitária, para o qualitativo, padrão oposto à lógica totalizante das sociedades unidimensionais.

O ponto a ser atacado em sociedades unidimensionais é a questão da repressão. Na teoria freudiana, Marcuse sonda as categorias capazes de pôr em xeque o princípio de realidade. O que se busca é um elemento capaz de estar livre dos ataques da racionalização totalizante. Uma estrutura psíquica capaz de remeter o sujeito ao estágio natural livre da repressão social e diretamente ligada ao princípio de prazer. Está ancorada a esperança no conceito de *imaginário* na teoria psicanalítica. Tal categoria é expressada na arte, ela se manifesta contra ao *status quo* imposto pela lógica totalizante, clamando pela conscientização dos sujeitos para uma realidade diversa da estabelecida. Esta é a leitura crítica de Marcuse, pois, para Freud, a *imaginação* seria apenas uma imagem do passado impossível de ser resgatada. Por sua vez, Marcuse capta traços críticos, revolucionários no fenômeno da *imaginação*, pois esta resgata uma felicidade e liberdade desconectada da repressão socialmente imposta.

---

<sup>85</sup> PISANI, Marília Mello. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse, p. 213-214.

Oposto a Freud, Marcuse indica que, numa sociedade livre das clausuras impostas às pulsões sexuais, onde o tempo de trabalho estaria reduzido, não seria necessário a mediação social das necessidades. Isto permitiria uma reordenação orgânica e psíquica dos sujeitos, indicando uma satisfação e liberdade em plenitude, numa sociedade não repressiva. Desta forma, ocorreria um destronamento do imperativo genital, bem como as bases sob as quais se edificam as perversões. Seria, na teorização marcuseana, o fenômeno da *auto-sублиmação da sexualidade*, pertinente em sociedades de alto grau civilizacional.

Importante ressaltar que, para se conceber uma sociedade livre das repressões impostas aos indivíduos, não basta apenas o desenvolvimento tecnológico e dos meios produtivos. Seria necessário uma desfiguração da racionalidade totalizante, dando lugar a uma outra, pautada pelos valores humanos e alinhada com o desenvolvimento destes. Uma razão assim estabelecida estaria destituída dos princípios dominadores da natureza e dos próprios homens. Assim, Marcuse sacramenta seu posicionamento singular ao tomar a leitura social e conduzi-la a um polo distinto. Ele não se rende ao determinismo, seja positivo ou negativo. A apropriação das teorias e a leitura da realidade atual é feita mediante um posicionamento filosófico comprometido entre *teoria* e *práxis*. E com isso, a investigação teórica do filósofo não fica estanque, ela se torna viva e aponta para uma possibilidade real de libertação.

## 5 – Referências

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2011.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. BENJAMIN, W. *Textos Escolhidos*. Tradução de Edgard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 117-154. (Coleção os Pensadores, 18)

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KELLNER, Douglas. *Herbert Marcuse and the crisis of Marxism*. Berkley: University of California Press, 1984.

<https://doi.org/10.1007/978-1-349-17583-3>

\_\_\_\_\_. Introdução: Marcuse nos anos 40. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Facismo*. Coletânea de Artigos de Herbert Marcuse. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba, revisão de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: UNESP, 1999, p. 21-69.

LOUREIRO, Isabel. Breves notas sobre a crítica de Herbert Marcuse à tecnologia. In: PUCCI, Bruno; LASTORIA, Luiz A.C.N.; COSTA, Belarmino C.G. (Org). *Tecnologia, Cultura e Formação...* ainda Auschwitz. São Paulo: Cortez, 2003, p. 19-34.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*: Coletânea de Artigos de Herbert

Marcuse. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba, revisão de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: UNESP, 1998, p. 71-104.

\_\_\_\_\_. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e psicanálise*. Tradução de Isabel Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 99-122.

\_\_\_\_\_. Comentários para uma definição de cultura. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e psicanálise*. Tradução de Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e terra, 2010, p. 69-97.

\_\_\_\_\_. *Eros e civilização*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara & Koogan, 1981.

\_\_\_\_\_. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Sociedade*. V.2. Trad. Wolfgang Leo Maar *et al.* São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 113-136.

\_\_\_\_\_. La nueva sensibilidad. In: MARCUSE, H. *Un ensayo sobre la liberación*. Traducción directa de Juan Garcia Ponce. México: Joaquín Mortiz, 1969, p. 30-53.

\_\_\_\_\_. *O Homem Unidimensional: Estudos da Ideologia da Sociedade Industrial Avançada*. Tradução de Robespierre de Oliveira, Rafael Cordeiro Silva e Deborah Christina Antunes. São Paulo: Edipro, 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito de negação na dialética. In: \_\_\_\_\_. *Ideias Sobre uma Teoria Crítica da Sociedade*. Tradução de Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 160-165.

MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital – Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

PISANI, Marília Mello. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse: uma polêmica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. v. IV, n. 1, Fortaleza, 2005, p. 23-64.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Ciência e Neutralidade no pensamento de Herbert Marcuse*. 2008. 235 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SADÉ, Marquês de. *Os infortúnios da virtude*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2015.

SILVA, Rafael Cordeiro. Civilização erótica: Marcuse e a possibilidade lógico-histórica da transformação social. In: SILVA, G. Ferreira da (Org.). *História e Civilização*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 169-180.

SILVA, Rafael Cordeiro. *Max Horkheimer: teoria crítica e barbárie*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-256-4>

SILVA, Rafael Cordeiro. “Tecnologia e Progresso: Dois Pontos de Vista da Teoria Crítica”. *Pensando – Revista de Filosofia*. v.4, n. 7, 2013, p. 55-69.

WIGGERSHAUS, Rolf. *L’Ecole de Francfort*. Traduit par Lilyane Deroche-Gurgel. Paris: PUF, 1993.